

Revista



# FEBASE

Ano IV  
N.º 36  
1,50 €  
Outubro de 2013

Diretor: Delmiro Carreira

Federação do Sector Financeiro



Diretores Adjuntos: Aníbal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira e Mário Mourão

OE 2014

## Este País não é para trabalhadores

Mais austeridade e cortes  
nos salários e pensões

Empresas e investidores  
pagam menos impostos

Comissão Europeia  
pressiona Constitucional



Millennium  
bcp

Discussão da proposta do BCP  
**Sindicatos reúnem-se  
com trabalhadores**

7



**STAS vai iniciar  
negociação  
dos IRCT do setor**

11

## Ficha Técnica

**Propriedade:**  
Federação do Setor Financeiro  
NIF 508618029

**Correio eletrónico:**  
revista.febase@gmail.com

**Diretor:**  
Delmiro Carreira – SBSI

**Diretores Adjuntos:**  
Aníbal Ribeiro – SBC  
Carlos Marques – STAS  
Horácio Oliveira – SBSI  
Mário Mourão – SBN

**Conselho editorial:**  
Firmínio Marques – SBN  
Patrícia Caixinha – STAS  
Rui Santos Alves – SBSI  
Sequeira Mendes – SBC

**Editor:**  
Elsa Andrade

**Redação e Produção:**  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 062/090  
Fax: 213 216 180

**Revisão:**  
António Costa

**Grafismo:**  
Ricardo Nogueira

**Execução Gráfica:**  
Xis e Érre, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 65.500 exemplares  
(sendo 4.500 enviados por  
correio eletrónico)  
**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
Registado na ERC: 125 852

## sumário

**EFEMÉRIDE** | Rácio de solvabilidade  
25 anos que mudaram a Banca **4**

**CONTRATAÇÃO** | Banca

**BCP:** Febase estuda salvaguarda do **direito à retribuição** **7**

**Majoração dos salários** da Parvalorem em tribunal **7**

**Revisão global do ACT:** **Implicações da proposta** das IC em análise **8**

**BES** **retira** isenções de horário **8**

CGD procura manter **valor do subsídio de refeição** **9**

Bancos centrais: **Sindicatos preocupados** com impactos da crise **9**

**CONTRATAÇÃO** | Seguros

**Cortes no OE 2011:** **Tribunal declara improcedente** recurso do  
Sindicato **10**

Negociação das convenções da atividade seguradora e afins **11**

**SINDICAL** | Fundo de Pensões

Banco Espírito Santo **12**

Banco BPI **13**

**Visto de fora**

| **Hermes Costa**

A precariedade que urge combater **15**

**Dossiê:** Orçamento do Estado para 2014 **16**

**Trabalhadores e reformados** pagam dívida **16**

CGD sem exceção? **16**

CES dos reformados **17**

UE já **envia recados** ao Constitucional **17**

O que eles dizem **18**

**TEMPOS LIVRES** | Nacional

**Bowling:** **Gabriel Dias** é o novo campeão nacional **19**

**Tiro:** Troféu segue **para Norte** **19**

**Squash:** Luís Valente **conquista primeiro lugar** **20**

**Pesca de Rio:** **Triunfo final** para José Manuel Loureiro **20**

**Aqueduto seduziu** caminhantes **21**

Ex-trabalhadores do Sotto Mayor **vivem dia emocionante** **21**



22

| **STAS Actividade Seguradora**



26

| **Bancários Sul e Ilhas**



28

| **Bancários Norte**



30

| **Bancários Centro**



TEXTO: **DELMIRO CARREIRA**

Tenho hoje a convicção de que a grande maioria dos portugueses não concordará com alterações ao texto constitucional que possibilitem aos governos fazer o que lhes apetecer, sem que exista um poder que controle esses atos

## Comissão Europeia pressiona Constitucional

# Males que vêm por bem

A defesa (manutenção) da CRP – Constituição da República Portuguesa, um Estado soberano como a mesma o define, tem desde sempre constituído motivo de enorme controvérsia política, mas que raramente permite à generalidade dos portugueses perceber os pequenos (grandes) pormenores que fazem toda a diferença e que podem afetar profundamente o dia a dia dos cidadãos.

A acusação ao Tribunal Constitucional de ativismo político admitindo que este possa vir a chumbar medidas altamente gravosas para os trabalhadores portugueses que constam do Orçamento do Estado para 2014, ou que serão aprovadas pela Assembleia da República em legislação separada, ajuda-nos a perceber a importância de alguns preceitos constitucionais que fundamentarão essa eventual declaração de inconstitucionalidade e que não fora isso passariam despercebidos a boa parte dos portugueses.

Há males que vêm por bem e esta pressão ilegítima veio fortalecer o exército que combate pela não descaracterização da CRP com muitos que não atribuíam grande importância aos aspetos fundamentais que caracterizam um Estado de Direito democrático.

Ainda bem! Tenho hoje a convicção de que a grande maioria dos portugueses não concordará com alterações ao texto constitucional que possibilitem aos governos fazer o que lhes apetecer, sem que exista um poder que controle esses atos.

As recentes pressões da Comissão Europeia, e não só, sobre o Tribunal Constitucional, para além de ofenderem uma instituição fundamental do nosso Estado Democrático, revelam uma concepção da construção europeia que entende que aos poderosos tudo é permitido, devendo os mais fracos acatar e cumprir as suas exigências. Lamentável é o silêncio de quem jurou defender e fazer cumprir a Constituição e não encontra uma oportunidade para defender as nossas instituições. ■



# Rácio de solvabilidade – 25 anos

Comemoram-se agora os 25 anos da recomendação do Comité de Basileia de um rácio de solvabilidade da Banca, que rapidamente se generalizou e deu início a uma transformação total do sistema financeiro internacional. António Ramalho, professor do Instituto Superior de Gestão Bancária, analisa o percurso do princípio regulador até às regras de Basileia III neste artigo escrito para a revista Inforbanca, do IFB, e que a Febase transcreve na íntegra



TEXTO: ANTÓNIO RAMALHO\*

**H**á exatamente 25 anos atrás o Comité de Basileia, presidido por WP Cooke do Banco de Inglaterra, chegava ao primeiro acordo global que recomendava aos supervisores/legisladores nacionais que exigissem aos seus bancos e instituições de crédito um rácio mínimo entre capital (leia-se fundos próprios) e ativos ponderados.

O rácio, que inicialmente se chamou rácio de Cooke, rapidamente se generalizou com o primeiro rácio de solvabilidade da banca e deu início a uma transformação total do sistema financeiro internacional. O mínimo fixado para o rácio de solvabilidade foi de 8% (8 de capital para cada 100 de ativos ponderados, isto é, um leverage ratio sobre fundos próprios de 12,5 vezes).

Em Portugal, através de uma sucessão de avisos de 1990 e sobretudo através do aviso 1/93, já conforme ao Regime Geral das Instituições Financeiras de 1992, foram estabelecidos os princípios regula-



dores dos fundos próprios e as regras de ponderação dos ativos. Se considerarmos Basileia II como uma evolução deste rácio, sempre poderemos dizer que uma geração de gestores bancários viveu sob a influência do rácio de solvabilidade.

## Basileia I - um passo para a globalização

Basileia I implicou uma verdadeira revolução no sistema financeiro, quer do ponto de vista conceptual, quer do ponto de vista organizativo, e trouxe uma alteração total no funcionamento do mercado bancário internacional.

Do ponto de vista conceptual, o rácio de solvabilidade revestiu-se de uma originalidade curiosa, que foi relacionar capital (mais precisamente fundos próprios) com ativo, como forma de dar confiança ao passivo. Explicando melhor, o objetivo central da regulação bancária sempre residiu na proteção dos passivos, sobretudo os depósitos, assegurando assim a confiança sistémica.

Acontece que o rácio de Cooke não relaciona depósitos com fundos próprios (poderia tê-lo feito e até se compreendia, porque o rácio de solvabilidade "versão industrial" é o inverso do rácio de endividamento), mas antes procurou regular um modelo de confiança assente na qualidade do ativo versus volume de fundos

próprios alocados. Esta originalidade teve enormes consequências conceptuais.

Antes de mais, trouxe uma pressão sobre o volume de crédito concedido, criando novos limites baseados no capital e não na capacidade de atrair liquidez. Mas trouxe também um novo foco sobre o preço do crédito, encarecendo-o, dado que cada crédito concedido teria de assegurar uma margem suficiente para pagar a remuneração adequada aos capitais próprios exigidos.

O maior sucesso do rácio de solvabilidade foi, no entanto, ter criado uma espiral de confiança que globalizou o sistema bancário, reduzindo as barreiras territoriais à circulação da poupança. O cumprimento do rácio de solvabilidade foi criando uma presunção e credibilidade sistémica que permitiram o desenvolvimento acelerado de mercados internacionais, o mercado cambial, o mercado interbancário, os mercados titularizados de prazos médios (euroco-

"O maior sucesso do rácio de solvabilidade foi [...] ter criado uma espiral de confiança que globalizou o sistema bancário, reduzindo as barreiras territoriais à circulação da poupança"

# que mudaram a Banca



mercantil paper, p. ex.) e alguns mercados de longo prazo colateralizados (sobretudo, covered bonds).

Desta forma, os bancos acederam a mercados financeiros que alargavam a tradicional base doméstica de depósitos, transformando o xadrez bancário internacional de forma drástica. Os maiores bancos do mundo deixaram de ser os bancos de atração da poupança, passando a ser os bancos com maiores competências de gestão de ativos.

## Um rácio que mudou a gestão bancária

Mas o rácio de solvabilidade teve consequências metodológicas profundas da gestão interna das instituições financeiras. Algumas são importantes de assinalar.

Do lado da gestão dos ativos, levou a uma progressiva centralização na gestão do crédito, quer na concessão, quer no seguimento e na recuperação. Progressivamente, a função comercial foi segregada da função de risco, discussão relevante nos anos 90 e hoje totalmente pacificada. Simultaneamente, a gestão do balanço tomou conta da gestão do pricing, quer através dos ALCO (Assets Liabilities Committee), quer através de modelos mais completos de comités de RAROC (Risk Adjusted Return on Capital). Mais uma vez a função preço foi segregada da função comercial,

Os maiores bancos do mundo deixaram de ser os de atração da poupança, mas os de maiores competências de gestão de ativos

geralmente centralizada em estruturas de marketing ou de gestão do balanço.

E finalmente a banca foi seguindo os incentivos que as ponderações indicavam, preferindo dívida pública (ponderada entre 0 e 20%), crédito à habitação (ponderado a 50%) e só depois crédito unsecured (ponderado a 100%).

Se assim foi do lado do ativo, também a gestão dos fundos próprios ganhou uma importância desconhecida. A função capital passou a ser uma função prioritariamente financeira, nomeadamente através da gestão diversificada de produtos, modelos e técnicas para reduzir o peso do efeito capital nos acionistas.

Ganha peso a utilização de fundos complementares através de empréstimos subordinados, desenvolvem-se produtos para-perpétuos, capazes de configurar uper tier II, e exploram-se modelos multinacionais para aproveitamento de interesses minoritários, tudo com o objetivo

**"Esta crise minou a confiança tão duramente criada, destruindo os mercados interbancários internacionais, criando restrições regulatórias à circulação da poupança. A banca não voltará a ser a mesma"**

## A revolução

Resumidamente, os efeitos da "revolução" do rácio de solvabilidade foram os seguintes:

- Criação de uma espiral de confiança no sistema bancário internacional;
- Consequente globalização dos mercados financeiros (câmbio e dívida);
- Gestão focada no ativo, centralizando as funções de risco de crédito e de pricing;
- Diversificação nos produtos e técnicas de criação de fundos próprios.

de assegurar os níveis adequados de capital com um custo aceitável para os acionistas. O rácio de leverage sobre capital passa facilmente dos 12,5 teorizados em 1988 para 25 ou mais, dado que os fundos complementares podem equivaler aos fundos próprios de base.

Finalmente, a gestão do ativo autonomiza-se tanto que a proteção do passivo ganha um novo campo de proteção, pelo alargamento dos fundos de garantia de depósito, mas também pelas novas exigências regulatórias gerais e comportamentais.

Durante os primeiros quinze anos, esta verdadeira revolução bancária foi um inegável sucesso, reduzindo drasticamente os riscos sistémicos e contribuindo ►



A banca não voltará a ser a mesma



A crise financeira de 2008 feriu gravemente alguns dos conceitos de Basileia



► para a época de maior crescimento global e maior disseminação deste crescimento, nomeadamente através do alargamento da base de crédito.

A banca, que nos anos 60 parecia soçobrar ao princípio da inevitável desintermediação anglo-saxónica, recuperava na reeintermediação a sua importância como motor essencial no financiamento de uma economia em crescimento.

O rácio de Cooke não tinha só vantagens. E os inconvenientes eram tecnicamente implícitos ao modelo simplificado do próprio rácio. Vejamo-los resumidamente.

Primeiro, o rácio homogeneizava as prioridades bancárias através da ponderação diferenciada. E incentivava os acionistas financeiros a darem prioridade ao crédito público, ao crédito hipotecário e só depois ao crédito às empresas e ao consumo. Por exemplo, um crédito a uma autarquia (20% de ponderação) exigia 1/5 do esforço do acionista relativamente a um crédito a uma empresa.

Além disso, o rácio tinha um acelerador de risco dentro de cada classe de ativos ponderados. Isto é, como qualquer crédito para habitação própria e permanente ponderava 50%, quanto mais spread esse crédito permitia, mais capital ele gerava. Assim, mais risco correspondia a melhor rácio (sem ponderar o efeito de sinistralidade potencial).

Terceiro, a espiral de confiança e o acesso ao mercado global permitiam um elevado leverage nos riscos com ponderação 0, sobretudo da dívida pública dos países mais desenvolvidos.

Adicionalmente, se bem que por razões estranhas ao modelo de solvabilidade, a globalização da confiança foi regularmente abalada por casos com origem em riscos operacionais e não creditícios (Barings Brothers, Banesto, etc...).

## Basileia II - a evolução na continuidade

Não admira por isso que a partir de 2000 se tenha iniciado a evolução do rácio de Cooke para o rácio McDonough, que está na origem de Basileia II. Naturalmente, as alterações do modelo procuraram resolver as debilidades verificadas no período anterior.

Assim, os riscos endereçados na nova equação eram não só os riscos de crédito, mas também os riscos operacionais e os riscos de mercado.

A principal diferença decorria da possibilidade de determinar o capital necessário em função de metodologias proprietárias mas certificadas pela supervisão nacional, o que garantiria um claro benefício por quem demonstrasse que os seus modelos de gestão de risco permitiam historicamente uma avaliação da probabilidade de sinistro no crédito e do nível de recuperação em função do tipo de crédito e de garantias existentes. Desta forma, a partir de 2006/7 o rácio deixaria de beneficiar o maior risco, mas beneficiaria o melhor risco.

Basileia II foi por isso um aperfeiçoamento, importante certamente, do bem sucedido modelo de solvabilidade.

Visava aperfeiçoar o modelo de gestão bancária do final do século e potenciar uma maior coordenação das políticas de supervisão regulatória e comportamental.

Porém, a crise financeira de 2008 não permitiu uma avaliação adequada de outros eventuais efeitos do modelo. E feriu gravemente alguns dos conceitos presentes nos anteriores acordos de Basileia.

Primeiro, a crise, que teve no excesso de crédito concedido uma causa ou um acelerador poderoso, provando que as restrições do rácio não foram eficazes.

Segundo, a crise, via efeitos secundários, demonstrou que a globalização financeira dispersava a crise por territórios imprevisíveis (securitizações afetadas, ativos tóxicos, contrapartes incredíveis, ratings AAA à beira do incumprimento, etc...).

Finalmente, esta crise minou a confiança tão duramente criada, destruindo os mercados interbancários internacionais,

criando restrições regulatórias à circulação da poupança. A banca não voltará a ser a mesma.

## Basileia III - a encruzilhada

A resposta, como seria de esperar, foi a evolução para Basileia III, que aprofundava as características de Basileia II e acrescentava as preocupações que a crise impunha.

Assim, com um período transitório até 2019, fixava os fundos próprios (incluindo buffer) em 10,5% e reduzia o conceito de fundos próprios de base e fixava-o em 7%; além disso, alarga os ativos ponderados e promete para 2015 um conjunto de rácios de liquidez que restrinjam definitivamente o nível de leverage aceitável.

Basileia III é, sem dúvida, uma proposta séria, naturalmente suscitando divergências que mantêm a continuidade do rácio que há 25 anos configurou a banca como nós a conhecemos hoje.

Mas desenganem-se os que pensam que o modelo ficará estabilizado para o futuro.

Primeiro, porque têm surgido indícios de medidas avulsas com efeitos devastadores na gestão bancária. É o caso dos buffers, criados em 2011 pela EBA (entretanto anulados), exigindo capital adicional para os ativos em dívida pública de países desenvolvidos, os mesmos que tinham ponderação zero no âmbito do rácio original, facto que em muitos casos implicou tomadas de participação dos Estados na governação de instituições de países periféricos. É o caso das operações de debt-to-equity verificadas no Chipre sobre depósitos, que contrariam em absoluto a relação entre capitais e ativo criada em 1988 para um modelo que assenta no binómio capital/maiores depositantes, numa espécie de rácio de conversão e não de solvabilidade.

Segundo, porque o encarecimento regulatório do preço do crédito e a escassez adicional que a política de deleverage implica têm dificultado a recuperação dos índices de confiança essenciais à banca e sua reconciliação com a sociedade.

Por isso, quando a primeira Basileia fizer as suas bodas de prata, é altura para verificar se "os votos são renovados" e a revolução de Basileia se consubstancia numa Basileia renovada, ou se uma alteração mais profunda irá alterar o caminho percorrido nos últimos 25 anos.

*\*Professor convidado do ISGB.*

"Basileia III é, sem dúvida, uma proposta séria, naturalmente suscitando divergências que mantêm a continuidade do rácio que há 25 anos configurou a banca como nós a conhecemos hoje"

A Direção da revista Fabase agradece à Infobanca a autorização para transcrição deste artigo, publicado no n.º 98 daquela revista do IFB

Em resposta às propostas do BCP de redução de custos com pessoal

## Febase estuda salvaguarda do direito à retribuição

Os Sindicatos da Febase estão a analisar as propostas do BCP sobre redução da massa salarial, de forma a encontrarem alternativas que salvaguardem os salários. Brevemente reunirão com os trabalhadores

TEXTO: **INÊS F. NETO**



Na posse das propostas do BCP e após terem reunido com a administração, os Sindicatos da Febase estão a analisar os documentos, nomeadamente sob o ponto de vista jurídico, com o objetivo de encontrar uma solução que permita salvaguardar da melhor forma os direitos dos trabalhadores – sobretudo o direito à retribuição –, sem inviabilizar a possibilidade de o banco cumprir o acordo celebrado com a Direção Geral da Concorrência Europeia

(DGComp) no âmbito do plano de recapitalização.

O banco mantém a pretensão de reduzir os custos com pessoal em valores da ordem dos 160 milhões de euros nos próximos quatro anos. Caso não o consiga, ameaça recorrer ao despedimento coletivo de cerca de 1800 trabalhadores.

Pelo contrário, se o objetivo da negociação com os sindicatos for atingido, a diminuição de efetivos poderá fixar-se em cerca de 1100, concretiza-

da através de reformas antecipadas, rondando os 500 a 600 trabalhadores, e os restantes através de um processo de rescisões amigáveis aberto a todos os funcionários.

Os Sindicatos da Febase continuam a analisar as soluções possíveis e logo que disponham de elementos concretos darão conhecimento aos trabalhadores do BCP, por informação escrita e em reuniões a promover oportunamente, mas sempre antes da conclusão do processo. ■

## Majoração dos salários da Parvalorem em tribunal

A redução salarial de 8% aos trabalhadores da Parvalorem devido à integração no regime geral da Segurança Social sem a correspondente majoração segue para tribunal

TEXTOS: **INÊS F. NETO**

Os trabalhadores do ex-BPN transferidos para a Parvalorem foram compulsivamente integrados no regime geral da Segurança Social e o seu fundo de pensões transferido para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) – tudo isto sem qualquer negociação com os Sindicatos.

Desta decisão unilateral do Governo resultou, em primeiro lugar, que os tra-

balhadores viram o seu vencimento reduzido em 8% por força do aumento da contribuição para a Segurança Social.

No que diz respeito à majoração salarial, os Sindicatos da Febase sempre consideraram que esta matéria seria resolvida no âmbito do processo de negociação de um AE para os trabalhadores da Parvalorem, que se encontra em curso.

No entanto, e após várias insistências ao longo dos últimos meses, a Febase tomou agora conhecimento de que a posição da empresa vai no sentido de não contemplar a pretensão dos trabalhadores. Assim, não resta alternativa se não o recurso aos tribunais, o que está já em análise pelos serviços jurídicos dos Sindicatos.

Idêntica posição vai ser assumida relativamente aos trabalhadores do BPN Crédito, que se encontram na mesma situação.

### Transferência do fundo de pensões

Relativamente ao fundo de pensões, são inúmeras as dúvidas que se colocam, dada a ambiguidade do decreto-lei que transfere o fundo para a CGA. Os Sindicatos da Febase têm solicitado esclarecimentos a várias entidades oficiais sem qualquer efeito, já que todas argumentam não serem responsáveis pela decisão. É o caso, concretamente, da instituição gestora do fundo de pensões, do Instituto de Seguros de Portugal e da própria administração da Parvalorem, esta última alegando que a transferência se verificou ainda na vigência do BPN.

Os Sindicatos mais uma vez solicitaram esclarecimentos à Parvalorem e, simultaneamente, pediram uma reunião à administração da CGA, pretendendo saber, nomeadamente, como será feita a contagem do tempo de serviço para efeitos de reforma. ■



## Revisão global do ACT

# Implicações da proposta das IC em análise

A Febase está a analisar e avaliar as implicações decorrentes da aceitação – ou não – das propostas das instituições de crédito (IC)

TEXTO: **INÊS F. NETO**

O processo de revisão global do ACT do setor bancário encontra-se suspenso. A Febase está a analisar a forma como decorreram até agora

as negociações e a equacionar quais as consequências para os trabalhadores decorrentes das propostas das IC.

As pretensões da banca são conhecidas: reduzir ao máximo os custos com pessoal, com exceção dos encargos com as contribuições para o SAMS.

Cientes desta posição, os Sindicatos têm-se mantido firmes na defesa de um conjunto de matérias com implicações de ordem financeira para os bancários, na procura de soluções que minimizem as consequências das propostas das IC, matérias estas que são o cerne das suas pretensões.

O setor corre o risco de, nos termos da lei, a convenção caducar, com perdas significativas para os bancários – nomeadamente a manutenção do SAMS, ficando salvaguardada apenas a tabela salarial e muito pouco mais.

Os Sindicatos têm consciência que caso não haja um entendimento à mesa de negociações restam-lhes outros caminhos legais, bem como o recurso à mobilização dos trabalhadores – e não deixarão de recorrer a ambos, se necessário. ■

## BES retira isenções de horário



TEXTO: **INÊS F. NETO**

Sindicatos tentam sensibilizar o banco para os dramas sociais resultantes da decisão de retirar isenções de horário a trabalhadores

Por força da crise que se vive na Europa e particularmente em Portugal, a banca nacional tem procedido a uma redução dos custos com pessoal. Alguns bancos têm vindo a recorrer a reformas antecipadas ou rescisões de contrato, bem como, em casos específicos, ao corte das isenções de horário de trabalho aos trabalhadores que, dizem, não se justifica mantê-las. É o caso do BES.

Se é verdade que muitas das isenções que têm vindo a ser retiradas o podem ser do ponto de vista legal, já o mesmo não se pode dizer sob o ponto de vista social e económico face aos problemas que estes cortes estão a causar no dia a dia dos trabalhadores. Refira-se que muitos trabalhadores assumiram compromissos que, por força destes cortes, poderão não conseguir honrar.

Os Sindicatos sabem a importância que o valor das isenções tem para a generalidade dos trabalhadores, pelo que em reunião recente com a administração do BES tenham feito sentir a sua preocupação.

A administração do banco adiantou que sempre que os trabalhadores alvo desta medida se lhes dirige, tem feito uma análise social da situação e em alguns casos manteve a isenção ou procurou outras soluções para minimizar o efeito do corte.

A Febase chama a atenção dos trabalhadores a quem esta comunicação seja feita para se dirigirem ao respetivo Sindicato, de forma a avaliar a legalidade da situação, pois em certos casos a isenção não pode ser retirada. Os Sindicatos estão permanentemente disponíveis para esclarecer os associados e intervirem sempre que necessário. ■



**Febase reuniu-se com administração**

## CGD procura manter valor do subsídio de refeição

Governo pretende equiparação do subsídio de refeição dos trabalhadores da CGD ao da função pública. Sindicatos e administração debateram forma de salvaguardar atual valor

TEXTO: **INÊS F. NETO**

**A**pós a publicação do Decreto-lei n.º 133 de 2013, que determina que o valor do subsídio de refeição nas empresas ligadas ao Estado seja igual ao da função pública, os Sindicatos da Febase solicitaram de imediato uma reunião à administração da CGD, para analisar as implicações da sua aplicação aos trabalhadores da instituição.

Na reunião, realizada dia 22 de outubro, os Sindicatos da Febase manifestaram a sua preocupação com esta questão, penalizadora para os trabalhadores.

Na ocasião, a administração informou que tudo está a fazer no sentido de os trabalhadores da Caixa não virem a ser prejudicados por aquela disposição.

Os Sindicatos referiram ainda a sua inquietação sobre outras normas legais em discussão pública e que, em sua perspetiva, também não devem ter qualquer impacto nos trabalhadores da instituição, abrangidos por um acordo de trabalho livremente negociado.

A CGD é uma instituição financeira inserida num mercado extremamente concorrencial, frisaram, justificando que, face à necessidade de manter os trabalhadores motivados, estes devem ser tratados como os restantes trabalhadores bancários em Portugal.

### Reestruturação sem convulsões

Na reunião foi igualmente debatida a reestruturação em curso na CGD. Indo ao encontro da posição da Febase, a administração manifestou a sua intenção de que a reestruturação não cause grandes convulsões dentro da instituição, razão por que está a ser efetuada com recurso a reformas antecipadas e à mobilidade interna dos trabalhadores. Até ao momento não se recorreu a outros meios e a administração admite que tal não venha a ser necessário.



Os Sindicatos alertam os trabalhadores para que sempre que se sintam lesados contactem o respetivo sindicato para a resolução do problema. ■

## Privatização do Grupo Caixa Seguros

Na reunião com a administração, os Sindicatos manifestaram ainda a sua preocupação quanto à natureza das entidades que concorrem à privatização do Grupo Caixa Seguros, e que durante o mês de novembro terão de apresentar as propostas finais.

A administração esclareceu que a decisão final será da CGD, garantindo que não escamoteará a resolução das várias situações que se depararão aos trabalhadores se o desfecho for a aquisição. ■

## Bancos centrais

# Sindicatos preocupados com impactos da crise

A degradação do diálogo social nos bancos centrais continua a ser uma preocupação dos membros da Comissão Executiva, que reuniu em Bucareste com a presença de delegações de 23 países europeus

TEXTO: **PEDRO GABRIEL**

**A** Comissão Executiva dos Sindicatos dos Bancos Nacionais Europeus (SCECBU) reuniu em Bucareste, na Roménia, numa iniciativa que contou com o apoio do Sindicato

do Banco Nacional da Roménia e na qual participaram 66 representantes dos trabalhadores dos Bancos Centrais Europeus de 23 países da União Europeia.

Em debate esteve o impacto da crise financeira nos salários e nas condições de trabalho nos bancos centrais europeus, bem como as crescentes situações de injustiça social, claramente patentes nos relatórios nacionais apresentados.

A ameaça que continua a pairar sobre a independência daquelas instituições e a crescente degradação do diálogo social – com especial incidência e impacto nas condições de trabalho e nos

direitos sociais – marcou os testemunhos apresentados pelas delegações sindicais representadas e constituiu um dos principais pontos de preocupação do SCECBU.

Este ano, o evento decorreu numa altura especial para o Sindicato do Banco Nacional da Roménia, uma vez que comemorou o seu segundo aniversário e cuja existência só é possível em grande parte devido ao apoio incondicional do SCECBU.

A delegação portuguesa integrou Francisco Rego, da Direção do SBN, e Elizabeth Barreiros e Ana Isabel Araújo, elementos da Secção Sindical do SBSI no Banco de Portugal. ■

## Cortes salariais no Orçamento do Estado para 2011

# Tribunal declara improcedente recurso do Sindicato

A decisão do Tribunal da Relação de Lisboa vem dar continuidade à interpretação de que as normas da Lei do OE 2011 não são inconstitucionais, impondo sacrifícios acrescidos aos trabalhadores das empresas de seguros do Grupo Caixa

TEXTO: **CARLA MIRRA**



Depois de intentada ação declarativa contra a então "CompANHIA de Seguros Fidelidade Mundial, S.A." em que, resumidamente, se pedia:

a) O reconhecimento da plena aplicabilidade da totalidade das cláusulas do CCT;

b) Dar cumprimento, e com efeitos a 1 de janeiro de 2011, ao preceituado

naquela convenção em matérias de expressão pecuniária;

c) Declaração de inconstitucionalidade dos artigos 19.º, 24.º e 28.º da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2011 (Lei 55-A/2010, de 31/12) – adiante L.O.E.

Veio o Tribunal do Trabalho de Lisboa, na primeira instância, a absolver a então Fidelidade Mundial de todos os pedidos, sendo decidido no sentido da constitucionalidade das normas que fundamentaram a ação do STAS, consoantes da L.O.E. para 2011.

O STAS veio a recorrer dessa decisão para o Tribunal da Relação de Lisboa, tendo agora sido notificado do respetivo acórdão: "(...) Em face do exposto acorda-se em julgar improcedente a apelação, confirmando-se a sentença recorrida. Sem custas, dado o autor estar delas isento (...)" (o texto integral do acórdão poderá ser consultado no nosso site).

Atendendo ao princípio da dupla conforme, esta decisão não é passível de recurso para o Supremo Tribunal de Justiça.

Ainda se encontra pendente recurso interposto para a Relação de ação semelhante proferida relativamente à Império Bonança, adivinhando-se desde já o desfecho.

Cumprido o seu dever, mais uma vez assistimos à continuidade da interpretação de que as referidas normas da L.O.E. 2011 não são inconstitucionais, impondo sacrifícios acrescidos aos trabalhadores das empresas de seguros do Grupo Caixa. ■

## INETESE

### FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Cursos de Especialização Tecnológica (Nível V, pós-secundário)

## LET

UNIDADE DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA

# Porque são importantes os CET's ?

- Porque significam aumento de competências e uma melhor estruturação da sua carreira profissional;
- Porque, para aqueles que procuram trabalho, o estágio de 400 horas ou 500 horas, consoante o CET escolhido, em contexto de trabalho, pode representar a oportunidade pela qual anseiam;
- Porque são reconhecidos na Europa;
- Porque permitem o prosseguimento de estudos em instituições de ensino superior, através de um sistema de equivalências reconhecidas em licenciaturas afins;

Para si ou para os seus familiares a INETESE, em Lisboa, Porto e Faro, tem uma oportunidade que não deve desperdiçar, em condições especiais para os associados da FEBASE e seus familiares.



Negociação das convenções da atividade seguradora e afins

# Chegou a hora!

Nos próximos tempos, o STAS estará envolvido na negociação de várias convenções do setor, de CCT a Acordos de Empresa. Em todas elas o Sindicato não abdicará da defesa dos direitos e regalias dos trabalhadores que representa



TEXTO: **JOSÉ LUIS PAIS**

Muito em breve atingiremos dois anos de vigência do novo Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) para a atividade seguradora.

A questão fundamental que nos levou a mudar normas do CCT, anterior ao atual, justificou-se porque o contexto de mudanças rápidas e profundas por que passavam (e passam) o nosso setor e a economia portuguesa, impuseram a adoção de um conjunto de normas que possibilitassem um conveniente aproveitamento de recursos, de modo a garantir-se, em troca de uma certa flexibilização controlada, a segurança, a estabilidade e a qualidade dos postos de trabalho.

Só assim poderíamos evitar o risco de sermos ultrapassados e esmagados pelos acontecimentos.

Não é ficando estáticos e agarrados a conceitos sem qualquer conteúdo prático que se defendem os interesses dos trabalhadores.

O argumento da defesa dos direitos adquiridos, para evitar proceder às alterações indispensáveis, é irresponsável e volta-se inevitavelmente contra os trabalhadores.

É mais fácil dizer que não se mudou nada porque se pretendeu defender os trabalhadores, do que explicar-lhes os porquês da mudança. Esta atitude representa um verdadeiro atentado aos reais direitos dos trabalhadores.

Os trabalhadores não podem ser vítimas de meias verdades, nem de estratégias alheias à defesa dos seus interesses.

A necessidade de flexibilização que toda a gente bem informada considera irrecusável ficou contemplada no novo CCT. Foi-o evitando-se a desregulamentação que na verdade ameaçava os trabalhadores. Também, neste processo, demonstrámos ser possível flexibilizar sem desregulamentar.

A elevadíssima percentagem de trabalhadores abrangidos pela convenção deu-nos razão.

Liderámos esta negociação e, como é evidente, assumimos a inteira responsabilidade pela mesma.

## Negociação das convenções

Contudo, como bem sabemos e queremos, o CCT de 2012 está aberto à negociação.

Deste modo e de acordo com a noção da justeza das nossas pretensões, prosseguiremos pela melhoria das condições contratuais dos trabalhadores da atividade seguradora.

Com este propósito, esperamos em breve retomar as negociações com a APS - Associação Portuguesa de Seguradores.

Noutro âmbito, iniciámos a negociação de revisão do CCT com a ANACS - Associação Nacional dos Agentes e Corretores de Seguros.

Sendo este setor muito específico, pugnaremos para que os trabalhadores que nele desempenham a sua atividade possam sentir-se protegidos e ao mesmo tempo mais sensibilizados para as tare-

fas profissionais do quotidiano. Com este desiderato todos lucrarão - empresas e trabalhadores.

Ainda neste setor existe também a APROSE - Associação Portuguesa da Mediação Profissional de Seguros. Os trabalhadores afetos a empresas filiadas nesta associação estão abrangidos por um CCT que tem sido negociado connosco e o Siseq.

É chegada a hora de o revermos e atualizarmos. Com este propósito a Febase (setor segurador) apresentou à associação uma proposta de revisão do CCT. Aguardamos a resposta e o início da negociação.

## Acordos de Empresa

Brevemente estaremos também envolvidos noutras negociações.

Estas negociações terão um contexto muito próprio porque visam a celebração de Acordos de Empresa.

Com perseverança, esperaremos que todas as entidades com quem negociaremos, quer um CCT quer um AE, estejam imbuídas de boa-fé negocial como será exigível e curial em negociações sempre tão importantes e significativas para as suas filiadas ou empresas e que vivem com base no imprescindível vetor confiança, espécie de barómetro para potenciar e medir o seu normal desenvolvimento, confiança essa que nunca deveria ser posta em causa.

Nunca abdicaremos das nossas funções de defensores estrénuos dos direitos e regalias dos trabalhadores. ■



**Banco Espírito Santo**

# Financiamento **cumpr** rácio exigido

 TEXTOS: **INÉS F. NETO**

O Banco Espírito Santo tem três fundos de pensões para cobrir responsabilidades com trabalhadores e pensionistas. Em 31 de dezembro de 2012, o nível de financiamento era superior a 100 por cento em todos os casos, cumprindo assim o rácio mínimo exigido pelo Banco de Portugal

A Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões do Banco Espírito Santo (BES) reuniu-se em 18 de julho, tendo por objetivo a análise da documentação disponibilizada, nomeadamente do Relatório Atuarial de 2012 elaborado pelo atuário responsável. Da Comissão faz parte e esteve presente, em representação dos Sindicatos da Febase, Rui Risó. A assessoria técnica dos Sindicatos foi assegurada pela Capsicalculus, liderada pelo Prof. Pereira da Silva.

Os trabalhadores e reformados do universo BES estão divididos por três fundos de pensões: o do BES, cujo associado é o banco BES; o GES-BAC, do banco BES Açores; e o GES-BI, do banco BES Investimento.

Nesse âmbito, o fundo de pensões BES possui três planos de pensões (Base, Complementar e Administradores), enquanto o do fundo GES-BI tem dois planos (Plano e Plano 2) e o GES-BAC detém um Plano.

Os planos de pensões do BES e do BIC seguem o estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário (ACT), com algumas exceções, nomeadamente ao nível do salário pensionável no que respeita aos participantes com origem no BIC.

Já o Plano Complementar engloba as obrigações anteriormente financiadas pela adesão coletiva ao fundo aberto GES, e o Plano Administradores abrange as obrigações decorrentes das regras estabelecidas ao abrigo do art.º 24.º dos Estatutos do Associado. As contribuições efetuadas por participantes admitidos após 1 de janeiro de 1995 decorrem do estabelecido no ACT (aplicável aos planos BES e BIC). Estes participantes efetuam uma contribuição mensal igual a 5% do seu salário efetivo, incluindo subsídios de férias e Natal.

Por fim, o Plano 1 integra qualquer trabalhador do associado a tempo inteiro ou parcial abrangido pelo ACT, enquanto o Plano 2 inclui os quadros diretivos abrangidos pelo ACT que tenham, aos 65 anos, 20 anos completos de serviço no GBES ou no ESFG e estejam efetivamente ao serviço do associado no momento da passagem à situação de reforma.

O financiamento dos fundos tem sido assegurado pelo associado, atingindo no final de 2012 um nível acima dos 100%, cumprindo o rácio exigido pelo Banco de Portugal no Aviso 4/2005.

No que diz respeito às contribuições, em 2012 foram de 88.763.248 euros no fundo de pensões do BES, 32.737 euros no do GES-BAC e de 147.171 euros no do GES-BI. Para este ano o custo normal estimado é, respetivamente, de 14.012.319, 141.843 e 1.379.384 euros. ■

**Planos de Pensões**

Fundo	Associado	Plano de Pensões
BES	Banco BES	Base Complementar Administradores
GES-BAC	Banco BES dos Açores	Plano de acordo com ACT
BES-BI	Banco BES Investimento	Plano 1 Plano 2

\*Dados totais (integram Planos I, II e III)

**Pensionistas**

Fundo de Pensões	Número	Idade média	Pensão média anual (€)
BES			
Invalidez/velhice	4.544	69	17.067
Viuvez	926	69	7.427
Orfandade	78	26	4.418
GES-BAC			
Invalidez/velhice	30	68	15.933
Viuvez	5	66	8.131
Orfandade	–	–	–
GES-BI			
Invalidez/velhice	20	68	25.420
Viuvez	5	67	12.031
Orfandade	2	15	4.412

**Ativos**

Fundo de Pensões	Número	Idade média	Antiguidade	Salário médio anual (€)
BES				
<65 anos	5.645	44	18	33.580
>=65anos	30	66	38	107.786
Direitos adquiridos	5	62	–	467.091
GES-BAC				
<65 anos	83	47	22	28.937
GES-BI				
<65 anos	227	41	14	48.770

**Responsabilidades do Fundo** Valor (euros)

Fundo de Pensões	Ativos*	Pensionistas**	Direitos adquiridos	Total
BES	648.095.609	428.050.850	29.287.321	1.105.433.780 (100,1%)
GES-BAC	9.627.306	1.326.081	–	10.953.387 (124,2%)
GES-BI***	37.452.581	2.853.809	–	42.474.140 (119,8%)

\*Inclui SAMS e subsídio de morte \*\*Inclui SAMS \*\*\*SAMS: 2.081.248

## Banco BPI

## Composição da carteira adequada às responsabilidades futuras

O Fundo de Pensões do Banco BPI tinha no final de 2012 um valor de 950.503 milhares de euros para fazer face a um total de responsabilidades de 902.451 milhares de euros, pelo que apresentava um nível de financiamento de 105%, cumprindo o rácio mínimo exigido

TEXTOS: INÉS F. NETO

Os Sindicatos da Febase fazem parte da Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Pensões do Banco BPI (BPI), cujo objetivo é analisar a situação dos fundos, com base na documentação disponibilizada, nomeadamente o Relatório Atuarial de 2012 elaborado pelo atuário responsável. A assessoria técnica dos Sindicatos é assegurada pela Capsicalculus, liderada pelo Prof. Pereira da Silva.

O plano de pensões do BPI é financiado através de cinco fundos de pensões, tendo como único associado o Banco BPI. São eles os fundos de pensões Banco BPI, os fundos abertos Valorização Adesão n.º 52, Ações Adesão n.º 1 e Garantia Adesão n.º 1.

Recorde-se que os trabalhadores e reformados do banco foram integrados no regime geral da Segurança Social. No caso dos trabalhadores, o BPI mantém a responsabilidade de proteção nas eventualidades de doença, invalidez e morte, bem como o SAMS, sendo o pagamento da pensão de reforma por velhice repartido entre a instituição e o Centro Nacional de Pensões. No que se refere aos reformados, o banco mantém as responsabilidades decorrentes de possíveis atualizações futuras do valor das pensões de velhice e sobrevivência.

Aos trabalhadores oriundos de instituições integradas no BPI em 2002, cuja data de admissão é anterior à da adesão ao ACT, ser-lhes-á atribuída uma pensão igual ao maior valor: de acordo com o ACT ou com os benefícios da Segurança Social.

O financiamento do Fundo tem sido assegurado pelo associado, cujas contribuições em 2012 totalizaram 40.102 mil euros – a transferência de responsabilidades para a Segurança Social obrigou a uma nova alocação dos ativos em conformidade com as responsabilidades futuras que restaram a cargo do fundo de pensões. Assim, o nível de financiamento no final do ano era de 105% (em 2011 era de 95,44%),

cumprindo o mínimo exigido pelo Banco de Portugal.

O retorno da carteira gerou em 2012 um ganho financeiro de 4,22%, relativamente à taxa técnica de longo prazo utilizada para avaliação das responsabilidades passadas.

Os assessores da Febase consideram que a carteira de títulos afeta ao fundo é adequada à composição das responsabilidades futuras. ■

## Pensionistas

	Número	Idade média	Pensão média anual (€)
Velhice	1053	76,3	1872
Invalidez	4728	65,5	1461
Viuvez	1229	68,9	1044
Reformas antecipadas	1092	68,9	671
Total	8102	67,7	1345

## Ativos

	Número	Idade média	Antiguidade média	Salário médio anual (€)
< 65 anos	5994	42,0	16,7	21886
>= 65 anos	2	66,5	40,6	35912
Participantes com direitos adquiridos	2763	39,1	4,3	15051
Total	8759	41,1	12,8	19734

## Responsabilidades do Fundo Valor (euros) e variação (%)

	2011	2012
Ativos	345 459 034 (43,0%)	411 064 760 (45,5%)
Pensionistas	458 231 922 (57,0%)	491 386 835 (54,5%)
Total	803 690 956 (100%)	902 451 595 (100%)

## Composição da carteira de títulos

	2012		2011		Variação
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira	
Títulos crédito do Estado	199.076,10	21,3	117.662,10	8,8	12,5%
Obrigações entidades privadas	123.675,10	13,2	232.445,10	17,3	-4,1%
Fundos Investimento Mobiliário	27.554,80	2,9	69.652,50	5,2%	-2,2%
Ações	223.439,50	23,9%	355.031,10	26,4	-2,5%
Imóveis	334.149,10	35,7	354.263,00	26,4	9,3%
Depósitos à ordem	27.858,70	3,0	214.878,20	16,0	-13,0%
Total	935.753,30	100	1.343.932,00	100	0,0%



Frequente disciplinas  
em áreas como:

**Informática,  
Desenvolvimento Pessoal,  
Línguas,  
História,  
Fotografia ( Tratamento de Imagem ),**

entre outras ...

As inscrições estão **abertas a todos os sócios  
dos sindicatos da FEBASE e familiares** com  
idade igual ou superior a 55 anos.

Mais informações em: [www.stas.pt](http://www.stas.pt)

**INSCRIÇÕES ABERTAS**



Face à crescente precariedade do mercado laboral português, Hermes Augusto Costa, sociólogo, professor universitário e investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, escreveu um artigo em exclusivo para a revista "Febase", que publicamos nesta página. Enquanto co-coordenador do Núcleo de Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades as suas principais áreas de investigação são os processos de globalização e regionalização do sindicalismo, os Conselhos de Empresa Europeus e as relações laborais

**HERMES AUGUSTO COSTA**



## A precariedade que urge combater

O tema da precariedade é hoje alarmante e fraturante. Desde logo porque inúmeros indicadores apontam cada vez mais para rotas no sentido de fragilizar o/a trabalhador/a: recibos verdes (muitas vezes falsos recibos verdes), contratos a prazo, trabalho temporário, trabalho a tempo parcial, trabalho na economia informal são apenas alguns dos rostos das morfologias do trabalho no século XXI. Não causa, por isso, estranheza, que ao longo da última década se tenha retomado (no seio das próprias universidades) um debate fraturante entre os defensores do "fim do trabalho" e os defensores da "centralidade do trabalho".

No espaço sociolaboral não é igualmente difícil encontrar uma dualidade de posições a este respeito. Em contexto de crise de criação de empregos e de encerramento de empresas não surpreende que o patronato reclame do



**Hermes Augusto Costa é professor na Universidade de Coimbra**

poder político condições para o exercício da sua função empregadora.

Porém, não raras vezes também, parecem estar os patrões mais disponíveis para abraçar medidas de flexibilização do mercado laboral. Na verdade, a suposta "bondade" da flexibilidade assume a forma de "maldade" associada a reduções de indemnizações em caso de despedimento, a uma maior facilidade em descartar cidadãos-trabalhadores, etc.

Estamos, pois, diante do precariado, a "classe perigosa em construção", como lhe chama Guy Standing. Em termos globais, abaixo do precariado apenas "residem" dois estratos: desempregados (massa crescente que sofre ante a ausência de oportunidades) e "desconectados" (que ocupam o fundo da escala social, estão afastados de quaisquer benefícios do Estado e vivem em situação de pobreza crónica).

O papel das estruturas sindicais (de-sejavelmente em articulação com associações de trabalhadores precários) é por isso mais crucial de que nunca, desde logo para confrontar patrões e poder político com a necessidade de conferir dignidade humana ao trabalhador e ao trabalho. Afinal, se é certo que, como assinalou Robert Castel, o trabalho perdeu consistência, a sua importância não pode ser questionada mas antes quotidianamente reafirmada. ■

Trabalhadores e reformados pagam dívida

## ... E os portugueses aguentam?

Mais austeridade, mais cortes em pensões e nos salários da função pública, menos verbas para Saúde, Educação e prestações sociais. A economia deverá ressentir-se e o desemprego continuar a aumentar. São as novidades do Orçamento do Estado para 2014. Coube à ministra das Finanças abrir a Caixa de Pandora dos portugueses

TEXTOS: **INÊS F. NETO**

Depois de um enorme aumento de impostos, um enorme corte nos salários e pensões. Assim podem ser classificados, sumariamente, os Orçamentos do Estado deste ano e do próximo. Dias antes da entrega da proposta do OE 2014 na Assembleia da República e do conhecimento público do documento, o Primeiro-Ministro alertou para um "choque de expectativas", sabendo que depois das promessas de verão sobre a viragem de rumo do Governo para o crescimento económico, os portugueses iriam sofrer um balde de água fria face à realidade do que aí vem.

Ao dar conhecimento aos portugueses do que o Governo lhes reserva para 2014, a ministra das Finanças reconheceu a dureza e exigência do OE, mas recusou a



A vida dos portugueses é o último fator da equação défice-dívida

novidade. Para Maria Luís Albuquerque, já se sabia o que aí vinha desde a conclusão das oitava e nona avaliações da troika ao programa de ajustamento.

A verdade é que com ou sem novidade, apanhados de surpresa ou não, aos portugueses espera-se mais um ano de brutal austeridade – contabilizada em 3,9 mil milhões, o valor da redução da despesa das medidas apresentadas, qualquer coisa como 2,3% do PIB. Tudo com o objetivo de cumprir as metas do défice, satisfazendo a troika e agradando aos mercados.

O peso desta redução recai sobretudo nos pensionistas, funcionários públicos e beneficiários de prestações sociais. São eles os principais visados, mas os restantes portugueses não escapam à austeri-



O Orçamento dita mais um ano de sacrifícios

dade e indiretamente serão igualmente visados nos enormes sacrifícios exigidos – incluindo no acesso à reforma, agora adiada para os 66 anos.

Apesar do otimismo do Executivo, que prevê um crescimento da economia de 0,8% no próximo ano – depois de três anos consecutivos de recessão –, a maioria dos analistas duvida, considerando que face aos cortes anunciados não só o crescimento será uma miragem como a recessão continuará.

No cálculo geral, as famílias suportarão cerca de 60% da austeridade, o que se refletirá na retração do consumo e, consequentemente, no aumento do desemprego, que nas previsões do Governo atingirá os 17,7% da população ativa.

## CGD sem exceção?

Em 2013 a CGD perdeu o direito ao regime de exceção que nos Orçamentos anteriores permitiu à administração fazer cortes na massa salarial dos trabalhadores sem atingir o salário base. Uma situação que tudo indica irá manter-se em 2014, já que a proposta de Orçamento entregue no Parlamento refere que as únicas exceções aos cortes salariais são os trabalhadores da NAV e das administrações portuárias.

Na CGD como nas restantes instituições do setor financeiro com ligações ao Estado o subsídio de Natal será pago em duodécimos, à semelhança deste ano. A medida foi publicada na Separata do BTE, n.º 3, de 18 de outubro, que equipara ainda o valor do subsídio de refeição ao da função pública, prevendo que os valores recebidos a 31 de dezembro de 2013 que não coincidam com o montante fixado "não são objeto de qualquer atualização até que esse montante atinja aquele valor".

Aos fatores internos juntam-se riscos externos, que uma economia tão frágil como a portuguesa dificilmente aguentará. E se a economia não cresce, o setor financeiro ressentir-se: menos negócio poderá obrigar ao encerramento de balcões, com eventuais consequências nos níveis de emprego.

## Diminuição de rendimento

Os funcionários públicos estão entre as maiores vítimas do OE 2014, com cortes salariais entre 2,5% e 12% a partir dos 600 euros e descontarão mais para a ADSE (sistema de saúde), ao que se somam a mobilidade especial, as rescisões e o aumento do horário para as 40 horas semanais. Os cortes, que afetarão cerca de 90% dos funcionários públicos, correspondem a um mês de salário e vigorarão além de 2014, ou seja, até "que tenhamos condições para poder aumentar de novo os salários", nas palavras de Maria Luís Albuquerque.

Já os trabalhadores do setor empresarial do Estado, além do corte salarial igual ao da função pública, ficarão ainda sob o espectro do desemprego, pois as empresas estão obrigadas a cortar 3% do quadro de efetivos.

Recorde-se que empresas do setor financeiro encontram-se nesta situação, como é o caso, por exemplo, da CGD e da



## CES dos reformados

### A contribuição provisoriamente definitiva

A polémica Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) está de volta, ameaçando tornar-se definitiva.

Apresentada no OE para este ano como uma medida excecional - e por isso viabilizada pelo Tribunal Constitucional, que justificou a sua decisão porque face à situação "de emergência e de cariz excecional", "apesar de tudo e no limite" ainda era comportável - é retomada em 2014, praticamente igual. Ou seja, começa por taxar em 3,5% as pensões de 1350 euros brutos e aumenta progressivamente até 40%.

Do mesmo modo, aplica-se a todo o tipo de pensões, independentemente da entidade responsável pelo pagamento: Segurança Social, sistemas privados - como banca e seguros - ou pensões complementares atribuídas pela entidade patronal. ■

Caixa Seguros, IRHU ou o IFAP e DRAP, que integram os trabalhadores do ex-IFADAP.

Vários especialistas levantaram dúvidas quanto à constitucionalidade de algumas destas medidas, pelo que por

iniciativa presidencial ou dos deputados é quase certo que o Tribunal Constitucional (TC) será chamado a pronunciar-se. No caso dos cortes salariais da função pública, se o TC validar a proposta do Governo poder-se-á correr o risco de este princípio se generalizar a todos os setores por vontade política e sem negociação. Por enquanto, na banca existe o caso do BCP, que pretende avançar com uma solução semelhante mas através da negociação com os sindicatos.

## IRS "sobe", IRC desce

A enorme carga fiscal de 2013 mantém-se no próximo ano mas, na prática, acaba por subir. Ao não atualizar os escalões de IRS de acordo com a inflação, como era habitual até 2012, o Governo dita um aumento indireto do imposto. Por outro lado, quem beneficiou este ano de uma promoção verá em 2014 o seu rendimento penalizado por via desse fator. Do mesmo modo, a sobretaxa de 3,5% aplicada este ano mantém-se inalterada e as deduções à coleta congeladas, o que também contribui indiretamente para um corte no rendimento.

No subsídio de desemprego continuam os cortes no tempo de atribuição e no valor das prestações, além da taxa de 6%. Os de doença continuarão a ser tributados em 5%.

Pelo contrário, num OE tão penalizador para famílias, trabalhadores e reformados, as empresas têm direito a um "rebuçado". ►

## UE já envia recados ao Constitucional

A notícia caiu como uma bomba e levou a um coro de indignação. A rádio TSF revelou um "relatório político" da delegação da Comissão Europeia em Lisboa enviado para Bruxelas, contendo considerações críticas ao Tribunal Constitucional (TC).

"Irá o Tribunal Constitucional colocar em risco a implementação do Memorando de Entendimento?", questiona logo no título o documento de quatro páginas, assinado pelo representante da Comissão, o português Luiz Pessoa.

No relatório lê-se que "qualquer ativismo político" por parte do Tribunal Constitucional terá "consequências muito pesadas para o País", adiantando que o chumbo de algumas das medidas do OE 2014 "pode colocar em risco a implementação do Memorando de Entendimento".

Segundo o documento, as alternativas às reformas estruturais chumbadas pelo Tribunal Constitucional nos últimos dois anos foram menos eficazes na implementação do programa de ajustamento do que as medidas originais, considerando que os chumbos deixaram poucas alternativas ao Governo.

O representante da CE em Portugal recorda os chumbos quase unânimes de algumas medidas, concluindo: ou o TC está a fazer uma interpretação demasiado restritiva da Constituição ou pode ser visto com uma real força de bloqueio, com influência direta na política orçamental do Governo.

As reações não se fizeram esperar por parte dos partidos da oposição, de diversas personalidades e das centrais sindicais. Aos microfones da TSF, o secretário-geral da UGT afirmou estar "chocado por ouvir uma declaração dessas de um 'manga de alpaca' europeu burocrata a colocar dúvidas e a levantar insinuações em relação a uma instituição fundamental da democracia portuguesa".

Carlos Silva defendeu ainda que o Ministério dos Negócios Estrangeiros devia mandar calar o representante da Comissão Europeia em Portugal e "pô-lo no devido lugar, ou seja, no seu gabinete, e a não prestar declarações dessas que ofendem os portugueses, ofendem Portugal e ofendem a democracia portuguesa".



► O documento prevê vários benefícios, a começar por uma redução do IRC para 23%. Além disso, as empresas têm um alargamento no tipo de despesas que podem ser abatidas no imposto, mais tempo para abater prejuízos fiscais, mais benefícios fiscais no investimento em intangíveis e benefício fiscal de 10% nos lucros reinvestidos, entre outros. O argumento é estimular o investimento e contribuir para a criação de emprego.

Já a banca vê aumentar o imposto específico criado em 2011, que incide sobre o financiamento por grosso obtido nos mercados e sobre o valor nacional dos derivados. Este imposto será alargado ao setor energético no próximo ano.

### O drama das reformas

Os reformados, sem exceção, bem podem temer este Orçamento. Os atuais e os futuros.

Quem é reformado da CGA terá uma descida média de 10% nas pensões, por via da convergência de valores com a Segurança Social. Os restantes podem contar outra vez com a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES).

Os casos de viuvez serão penalizados com cortes na pensão de sobrevivência, que será alargado aos rendimentos do trabalho e capital em meados de 2014. E os reformados de empresas do setor empresarial do Estado há três anos deficitá-

rias deixam de receber o complemento de pensão, que só volta após cinco anos consecutivos de resultados positivos.

Os futuros pensionistas verão a reforma mais longe: já no próximo ano a idade de acesso aumenta para os 66 anos e nos seguintes poderá aumentar ainda mais, uma vez que o Governo pretende agravar o fator de sustentabilidade, penalizando as futuras pensões. Por outro lado, as reformas antecipadas continuarão congeladas na Segurança Social.

Por uma via ou por outra, nenhum trabalhador ou reformado escapará a mais austeridade. Não vale a pena ter ilusões: 2104 será mais um ano de muitas dificuldades. ■

## O que eles dizem



**Maria Luís Albuquerque**  
Ministra das Finanças

"São medidas indispensáveis para assegurar o futuro, para que o Estado continue a pagar salários e pensões em 2015, 2016 e em todos os anos seguintes." ■



**Miguel Frasquilho**  
PSD

"Apesar da dureza e exigência deste OE, esta continua a ser a melhor alternativa para o País." ■



**João Almeida**  
CDS

"É um Orçamento que tem medidas que são gravosas, indiscutivelmente. Essas medidas gravosas não são novidade." ■



**Pedro Marques**  
PS

"Um novo e brutal pacote de medidas de austeridade, caso dos cortes de pensões ou do muito maior corte de salários da função pública." ■



**Paulo Sá**  
PCP

"Podemos dizer que este será o pior OE para a vida dos trabalhadores e das suas famílias desde que foi assinado o pacto de agressão." ■



**Pedro Filipe Soares**  
BE

"Este OE é um brutal pacote de austeridade que ataca logo os funcionários públicos que ganham 600€ por mês." ■



**UGT**

"O Governo tem ignorado ostensivamente os parceiros sociais, designadamente a UGT. Como é que se pode restaurar a confiança quando o Orçamento é demolidor?" ■



**CGTP**

"Um brutal pacote de empobrecimento, exploração e uma afronta aos mais elementares princípios e valores democráticos consagrados na Constituição." ■



**António Saraiva**  
Presidente da CIP

"Somos um País (...) de brandos costumes, mas receio que se as medidas não tiverem correspondência a resultados concretos, socialmente, este balão possa, aqui e ali, rebentar por esta ou por aquela costura, não em termos de uma conflitualidade generalizada mas que possamos ter sinais de alguma explosão social". ■



**Adriano Moreira**  
Ex-presidente do CDS

"Há muito tempo que advirto que os portugueses atingiram a fadiga tributária" e o OE 2014 agrava "essa fadiga tributária". "Penso que estamos a atingir o limite da resistência, (...) a fome não é um dever constitucional". ■

Fonte: Diário de Notícias, TSF, Jornal de Negócios, Diário Económico, Sol, Expresso, Público



## Bowling

## Gabriel Dias é o novo campeão nacional

Na final realizada em Matosinhos, o concorrente do BdP bateu a concorrência sendo o único a ultrapassar a barreira dos 700 pontos

TEXTO: PEDRO GABRIEL

A final nacional do 6.º Campeonato Interbancário de Bowling realizou-se no fim de semana de 29 e 30 de junho, tendo contado com a participação de 26 concorrentes.

Desde o primeiro dia foi possível assistir a jogos de grande qualidade, bem disputados e onde a incerteza no resultado final ficou evidenciada desde cedo. No entanto, houve um concorrente que se destacou dos demais. Gabriel Dias (BdP) alcançou um total de 715 pontos ao longo dos quatro jogos finais, sucedendo assim a Rui Duque como campeão nacional da modalidade. O homem do SBSI foi mesmo o único no torneio a ultrapassar as sete centenas de pontos.



O campeão rodeado pela comissão organizadora

No segundo posto terminou João Amorim (Millennium BCP/SBN), totalizando 687 pontos. Briano de Sousa (BBPI/SBSI) alcançou o último lugar do pódio, com 646 pontos, apenas mais um do que Jerónimo Fernandes (BdP/SBSI), que assim finalizou na quarta posição.

António Almeida (Millennium BCP/SBSI) ficou no quinto lugar, com 635 pontos, com Joaquim Afonso (SBN) a comple-

tar o lote dos cinco primeiros, com 509 pontos.

O campeão em título Rui Duque (BBPI/SBSI) quedou-se pelo sétimo lugar, com 680 pontos, não conseguindo o apuramento para os derradeiros jogos.

O fim de semana foi fechado com chave de ouro com a cerimónia de entrega de prémios e um almoço-convívio entre todos os participantes. ■

## Tiro

## Troféu segue para Norte



Um momento da competição

TEXTO: PEDRO GABRIEL

Uma diferença de apenas três pratos permitiu a João Amorim conquistar o tão ambicionado cetro na categoria Fosso Universal e suceder a Miguel Penteado como campeão nacional

Matosinhos acolheu a final nacional do 16.º Campeonato Interbancário de Tiro, no dia 29 de junho. Apresentaram-se a concurso com os olhos postos no troféu 25 atiradores, dos quais 16 pertenciam ao SBSI, 5 ao SBN e 4 ao SBC.

No final das quatro séries, João Amorim (CMBCP) foi o mais certo, atingindo um total de 94 pratos (25+23+24+22), sagrando-se desta forma campeão nacional da modalidade.

O concorrente do SBN levou a melhor sobre um trio composto pelo vencedor do ano passado e recém-campeão do Sul e Ilhas Miguel Penteado (GDBES), João Gouveia (GDST) e José Brites (GDST), que lograram chegar aos 91 pratos cada um, resultado insuficiente para trazerem o troféu para as fileiras do SBSI.

Já David Ferreira (GDST) e Pedro Borralho (GDBES) conseguiram um total de 90 pratos, terminando assim na quinta e sexta posições, respetivamente.

O melhor resultado alcançado por um atleta do SBC foi o oitavo lugar de Carlos Coelho (CMBCP), que atingiu 88 pratos.

Finalizadas todas as contagens, foi tempo para um animado almoço de confraternização, onde se procedeu à cerimónia de entrega de prémios aos vencedores.

De salientar o enorme espírito de camaradagem e boa disposição, uma constante em toda a competição e que já é habitual neste tipo de iniciativas.

A comissão organizadora do Campeonato Interbancário de Tiro foi composta por João Carvalho, Manuel Camacho (SBSI), Francisco Carapinha, António Pimentel (SBC), Henrique Rego, Alfredo Correia e Francisco Mateus (SBN). ■

## Squash

## Luís Valente conquista primeiro lugar

O atleta do Millennium bcp foi o mais forte entre os oito concorrentes e sucedeu a José Carlos Faria como campeão nacional da modalidade

TEXTO: PEDRO GABRIEL

A Cidade dos Templários, Tomar, acolheu a final nacional do 7.º torneio interbancário de squash, nos dias 5 e 6 de outubro. Cinco concorrentes do SBSI juntaram-se a três do SBN para decidirem entre si quem sucedia a José Carlos Faria, o vencedor das duas últimas edições.

Os primeiros jogos tiveram lugar na manhã de sábado, dia 5, e foi possível assistir a partidas de grande qualidade e equilíbrio.



Luís Valente (à direita) e Jorge Moinhos, respetivamente campeão nacional e vice-campeão

No entanto, as grandes decisões estavam marcadas para o dia seguinte, com Luís Valente (Millennium bcp/SBSI) a sagrar-se campeão nacional ao levar a melhor sobre o segundo classificado, Jorge

Moinhos (BPI/SBN). Na terceira posição surgiu Francisco Madureira (Millennium bcp/SBSI), ele que entrou para esta final nacional como campeão do Sul e Ilhas.

Miguel Esteveira (Millennium bcp/SBSI) terminou o torneio no quarto lugar, enquanto Jorge Conceição (Montepio Geral/SBN), Paulo Kellen (Millennium bcp/SBSI), Diogo Luís (CGD/SBSI) e David Bentes (BPI/SBN) ocuparam os restantes lugares da tabela classificativa.

Finalizados todos os jogos, procedeu-se à cerimónia de entrega de prémios, a que se seguiu um almoço-convívio numa unidade hoteleira da cidade.

Fizeram parte da Comissão Organizadora Manuel Camacho e António Ramos, pelo SBSI e Henrique Rego, Francisco Mateus e Alfredo Correia, pelo SBN. ■

## Pesca de Rio

## Triunfo final para José Manuel Loureiro

Com a realização da final nacional terminaram os Encontros Interbancários de Pesca de Rio 2013. Troféu foi para o Norte

TEXTO: PEDRO GABRIEL

A final nacional dos Encontros Interbancários de Pesca de Rio de 2013 teve lugar no dia 21 de setembro, em Monte Real, e contou com a participação de 53 concorrentes.

O primeiro dia de outono não fez jus à nova condição, uma vez que o sol e o calor ainda se fizeram notar com alguma intensidade. Após a distribuição dos documentos procedeu-se ao sorteio das zonas, dando-se início à prova às 14h30.

Durante a tarde, os pescadores lançaram o isco na esperança de que o peixe estivesse de feição. Nesta saudável disputa, o mais sortido acabou por ser José



A pista de pesca de Monte Real encheu-se de concorrentes da Febase

Manuel Loureiro (CGD/SBN), que alcançou 1830 gramas de pescado na zona B e assim sagrou-se campeão nacional de pesca de rio. Na mesma zona, Paulo José Figueiredo (Millennium bcp/SBC) terminou em segundo, com 1660 gramas, enquanto na terceira posição ficou João Pedro Agostinho (BES/SBC), com 1510. Luís Filipe Monteiro (Millennium bcp/SBN) foi quarto, com 1120 gramas alcançadas.

Na zona A, Luís José Lains (Millennium bcp/SBSI) foi quem mais pescou, com 1310 gramas, seguido de Fernando Conceição Pereira (BES/SBSI), com 1050, Joaquim Vaz Oliveira (BES/SBC), com 860 e João Manuel Agualusa (Santander Totta/SBSI), com 230 gramas.

Finalmente na zona C, João Sousa Feira (Santander Totta/SBSI) foi mais forte, conseguindo um total de 1490 gramas capturadas, apenas mais 20 que o segundo classificado, Rui Miguel Prata (BPI/SBC). Com 1340 gramas pescadas, Pedro Sá Fernandes (BES/SBSI) obteve o terceiro

lugar, logo seguido, por sorteio, por Emílio Alves Ferreira (Montepio/SBN), com 1300.

Na classificação por equipas, o GDST 1/SBSI, composto por João Sousa Feira, João Manuel Agualusa e Manuel Silva Pinheiro, terminou no primeiro posto, com 15 pontos, logo seguido pelo BES/SBC de João Pedro Agostinho, Joaquim Vaz Oliveira e António Lucas Cascão, com menos um. Com 20 pontos, Paulo José Figueiredo, Manuel João Inácio e José Silva Ferreira, da equipa Millennium bcp/SBC, conquistaram a "medalha de bronze". Já o conjunto da CGD/SBN, com José Manuel Loureiro, Mário Fernando Alberto e Adélio José Machado, ficou na quarta posição, com 23 pontos.

A entrega dos prémios decorreu num animado jantar de confraternização numa unidade hoteleira de Monte Real.

A Comissão Organizadora foi composta por Francisco Carapinha, António Pimentel, Manuel Camacho, João Carvalho, Henrique Rego, Francisco Mateus e Alfredo Correia. ■





## Aqueduto seduziu caminhantes

Uma centena de sócios e familiares responderam ao repto da Febase para uma caminhada de 12 km tendo o Aqueduto como atração principal

TEXTOS: **INÊS F. NETO**

A perspectiva de visitar o Aqueduto das Águas Livres atraiu de sobremaneira os associados dos Sindicatos da Federação, transformando a Caminhada Febase de 21 de setembro na mais participada de sempre.

Muitos foram os que responderam ao desafio da caminhada da Febase que marcou a rentrée, tendo sido necessário encerrar as inscrições ao atingir uma centena de pessoas. Se é verdade que após as férias apetece retomar os hábitos saudáveis e o contacto com o ar livre, o percurso proposto teve igualmente muito peso na decisão de participar. No vasto grupo de caminhantes de todas as idades destacavam-se famílias com crianças – que se portaram como heróis durante o percurso de 12 quilómetros.

Ao longo da manhã de sábado, o grupo percorreu os trilhos de Monsanto, avis-

tando o casario de Lisboa e os almejados Arcos do Aqueduto, o ponto central do passeio. Rodeou-se o Parque da Serafina, cruzou-se o bairro com o mesmo nome e desceu-se as Escadinhas da Liberdade em direção a Campolide e à entrada da enorme obra de engenharia hidráulica classificada como monumento nacional em 2002.

Na visita ao Aqueduto, o grupo foi dividido ao meio para facilitar a circulação, seguindo cada por uma das duas galerias (o célebre passeio dos arcos) que se estendem no cimo dos arcos – a quase três metros de altura sobre o eixo Norte-Sul –, cruzando-se ao centro e trocando de lado para assim se apreciar a vista completa sobre a cidade, o Tejo, a Ponte 25 de abril, o Cristo Rei e Monsanto. Especial atenção mereceu a placa que assinalava o maior dos 35 arcos que compõem a arcada sobre o vale de Alcântara, com 65 metros de altura e 29 de largura. O atravessamento permitiu observar por dentro a galeria do Aqueduto.

Os caminhantes da Febase foram acompanhados por guias do Museu da Água, que após a travessia fizeram uma breve exposição sobre a história do monumento. Iniciada por ordem de D. João V, em 1732, a construção acompanhou diversos reinados, só terminando em 1748. Tendo como objetivo primordial abastecer de água a capital, o Aqueduto tem 14 quilómetros de comprimento, de Belas às Amoreiras. Com os acrescentos dos ramais totaliza 58 135 metros. Os seus responsáveis foram Manuel da Maia e, principalmente, Custódio Vieira e Carlos Mardel. Foi completamente desativada em 1967.

As guias não esqueceram a história de Diogo Alves, o célebre ladrão que assaltava quem passava nas galerias, atirando as vítimas Aqueduto abaixo.

Revelando já algum cansaço, o grupo da Febase iniciou então o regresso ao ponto de partida, o Palacete do SBSI em S. Sebastião. E já à espera da próxima caminhada... ■



Caminhando ao longo da galeria do Aqueduto



O encontro juntou 825 colegas e familiares

## Ex-trabalhadores do Sotto Mayor vivem dia emocionante

Treze anos depois de ser integrado no Millennium bcp, o Banco Pinto e Sotto Mayor voltou a ser recordado, numa reunião que juntou antigos funcionários

TEXTOS: **PEDRO GABRIEL**

O Encontro Nacional de ex-trabalhadores do Banco Pinto e Sotto Mayor realizou-se no dia 29 de junho, nas instalações do CNEMA – Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, em Santarém.

Foi um dia de intenso revivalismo com a presença de 825 colegas e familiares, oriundos de várias partes do País e que contou igualmente com uma delegação vinda de França.

A reunião trouxe à capital ribatejana muitos bancários no ativo mas também muitos que decidiram enveredar por novas carreiras profissionais. De destacar igualmente uma enorme presença de colegas reformados.

Este evento foi bastante saudado por todos, dado que se trata do primeiro encontro em 13 anos, quando o então Banco Pinto e Sotto Mayor foi integrado no Millennium bcp.

O sucesso foi tal que muitos dos presentes incentivaram a Comissão Organizadora a promover um novo encontro no próximo ano, data em que o histórico banco comemoraria o seu centésimo aniversário.

De referir ainda que foi constituída uma nova Comissão, com representantes de todo o País. ■



## Quinta alteração ao Código do Trabalho

# É cada vez mais barato despedir

O novo regime da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho entrou em vigor a 1 de outubro. Com esta lei passará a ser cada vez mais difícil atingir os patamares máximos das compensações previstas

TEXTO: **CARLA MIRRA\***

Muitas têm sido as alterações legislativas publicadas, em diversas áreas do Direito em geral, e na área do Direito Laboral em particular.

Nesta senda, a Lei n.º 69/2013, de 30 de agosto veio proceder à quinta alteração ao Código do Trabalho (apro-

vado pela Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro), alterando mais uma vez o valor devido pela cessação do contrato de trabalho.

Depois da Lei n.º 53/2011, de 14 de outubro e da Lei n.º 23/2012, de 25 de junho, que já haviam estabelecido uma redução na fórmula de cálculo, entrou em vigor no passado dia 1 de outubro a Lei n.º 69/2013, de 30 de agosto, que veio concluir o processo de redução do valor da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho, distinguindo o valor consoante se trate de contrato de trabalho a termo ou sem termo, e estabelecendo um regime transitório para os contratos celebrados antes da entrada em vigor daquela Lei.

Tal como previsto no Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica e no Compromisso para o Crescimento, passará a ser cada vez mais difícil atingir os patamares máximos das compensações previstas na Lei.

Faremos de seguida um resumo das situações, consoante a data de celebração e tipologia do contrato de trabalho.

### Contratos sem termo

Assim, os cálculos deverão ser efetuados do seguinte modo:

**1** Compensação em caso de cessação de contrato de trabalho sem termo por despedimento coletivo, despedimento por extinção do posto de trabalho ou despedimento por inadaptação:

1.a) Contratos celebrados após 01/10/2013

A compensação corresponderá a 12 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade (sendo calculada proporcionalmente em caso de fração de ano).

1.b) Contratos celebrados após 01/11/2011 e até 30/09/2013 (inclusive)





No que se refere a este período, a compensação corresponderá a 20 dias de retribuição base e diuturnidades por ano e à parte proporcional em caso de fração de ano.

Quanto ao período do contrato, posterior a 01/10/2013, a compensação corresponderá a 18 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo nos primeiros três anos (caso ainda não tenham decorrido três anos de duração do contrato) e 12 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo nos anos seguintes. Cada fração de ano será calculada proporcionalmente.

1.c) Contratos celebrados antes de 01/11/2011

Quanto ao período de duração do contrato até 31/10/2012, a compensação corresponderá a um mês de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo ou é calculada proporcionalmente em caso de fração de ano.

No que respeita ao período entre 01/11/2012 e 30/09/2013, a compensação corresponderá a 20 dias e quanto ao período posterior a 01/10/2013, o trabalhador terá direito a 18 dias de retribuição base e diuturnidades nos primeiros três anos de antiguidade (se o contrato ainda não durou três anos até 01/10/2013) e 12 dias por cada ano completo, nos anos subsequentes.

Em qualquer destas situações a compensação global não pode ser inferior a três meses de retribuição base e diuturnidades, nem superior a 12 vezes a

retribuição base e diuturnidades, exceto no que respeita ao período decorrido até 31/10/2012 na hipótese 1.c).

## Contratos a termo

**2** Compensação em caso de caducidade de contratos de trabalho a termo, por iniciativa do empregador:

2.a) Contratos celebrados após 01/10/2013:

- Tratando-se de contratos de trabalho a termo certo, o trabalhador terá direito a uma compensação correspondente a 18 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo (as frações de ano serão, tal como referido anteriormente, calculadas proporcionalmente);

- Tratando-se de contratos de trabalho a termo incerto: a compensação corresponderá a 18 dias no que se refere aos primeiros três anos de duração do contrato (segundo a lógica anterior) e 12 dias nos anos subsequentes.

2.b) Contratos celebrados depois de 01/11/2011 até 30/09/2013 (inclusive):

- Quanto ao período de duração do contrato até 30/09/2013, a compensação corresponderá a 20 dias de retribuição base e diuturnidades;

- Quanto ao período posterior a 01/10/2013, a compensação corresponderá à soma dos seguintes montantes: 18 dias por cada completo, nos primeiros três anos (quando o contrato em 01/10/2013 ainda não tenha atingido 3 anos de duração) e 12 dias nos anos subsequentes.

2.c) Contratos celebrados antes de 01/11/2011:

- Em relação ao período de duração do contrato até 31/10/2012, ou até à data da renovação extraordinária (se anterior a 31/10/2012) a compensação corresponderá a 3 ou 2 dias de retribuição base e diuturnidades por cada mês de duração do contrato, consoante a duração total do contrato não seja, ou seja, superior a 6 meses, respetivamente;

- Em relação ao período de duração do contrato a partir de 01/11/2012 e até 30/09/2013 (inclusive), a compensação corresponde a 20 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade, calculado proporcionalmente ao período efetivo de trabalho prestado;

- Finalmente, no que respeita ao período a partir de 01/10/2013, o montante da compensação corresponde à soma dos seguintes montantes:

i) 18 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade no que respeita aos primeiros três anos de duração do contrato (nos casos em que em 01/10/2013 o contrato ainda não tenha atingido a duração de 3 anos);

ii) 12 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade nos anos subsequentes (ou proporção, em caso de fração).

## Disposições das convenções são nulas

A Lei n.º 69/2013, de 30 de agosto estabeleceu ainda que são nulas as disposições de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho celebrados antes de 1 de outubro de 2013 que prevejam montantes superiores aos do Código do Trabalho, relativos a compensação por cessação do contrato de trabalho e também valores e critérios de definição dessa mesma compensação.

Por outro lado, ainda estabeleceu que a diminuição dos feriados do Corpo de Deus, 5 de outubro, 1 de novembro e 1 de Dezembro, deve ser reavaliado num período não superior a cinco anos.

Assim sendo, impõe-se, devido a todas as alterações e regimes transitórios, como tivemos oportunidade de resumir, que sempre que haja contactos encetados com objetivo da cessação do contrato, os associados dos Sindicatos se informem previamente à tomada de cada decisão.

Certo é que cada vez mais fica "mais barato" despedir ou dispensar os trabalhadores. Está à vista de todos. ■

\*Serviços Jurídicos do STAS







Parceiros trazem benefícios em diversas áreas

## Novos protocolos, **mais vantagens**



O STAS continua a apostar em sinergias com entidades que possibilitam aos sócios beneficiar de serviços e descontos competitivos em diversas áreas. A lista de protocolos não para de crescer

TEXTO: **PATRICIA CAIXINHA**

Novos protocolos têm vindo a ser acrescentados à nossa lista e muitos outros continuam a ser negociados. O nosso objetivo principal com esta missão é melhorar o bem-estar e satisfação daqueles que confiam em nós. Desta forma, os sócios do STAS poderão usufruir de condições vanta-

josas nas mais diversas áreas e serviços. Deixamos alguns exemplos.

Etapas Felizes é uma empresa especializada no serviço de apoio domiciliário, cuidados de saúde e outros, a pessoas que, por motivos de doença, deficiência ou outra, não podem garantir a satisfação das suas atividades quotidianas e necessidades básicas, bem como a dos seus familiares. Os sócios do STAS poderão, assim, beneficiar de condições especiais na área de serviços e apoio ao domicílio.

Com o cartão Univantagens poderá comprar com descontos imediatos. Tem ao seu dispor uma diversidade de alojamentos e restaurantes espalhados por todo o território português: mais de 220 unidades hoteleiras e mais de 170 restaurantes, entre outras ofertas em diversos outros serviços.

A RootsofLove é um parceiro que nos desafia a saborear a vida com a arte e o amor de quem desenvolve compotas, marmeladas e chutney artesanais. Um prazer para quem faz, para quem recebe e para quem experimenta. Os nossos sócios usufruem de um desconto em coffrets e produtos sem sair de casa.

Arte e Fala - Terapia da Fala Lda. é um parceiro com várias ofertas como terapia da fala, psicologia e fisioterapia. Ainda na área das clínicas médicas, temos também para si a Clínica Pequenos Grandes Doutores.

### Turismo e muito mais

Na vertente do turismo e hotelaria temos protocolos com a Casa N.ª Sr.ª do Incenso e com o Moinho do Maneio, ambos em Penamacor, Castelo Branco. Realizámos ainda um protocolo com o Évora Hotel e com o Marina Club - Lagos Resort, que oferecem excelentes descontos em alojamento para si, que é nosso associado. Acordámos ainda protocolo com o Passport Club, uma agência de viagens assente num conceito de alojamentos gratuitos mediante um consumo mínimo em hotéis, entre outros programas diversificados de estadias e viagens.

Na área da saúde, temos parcerias com farmácias e laboratórios com benefícios para sócios. Na área do SPA, e numa vertente mais alternativa, temos um novo parceiro: Caminho da Cura, com ótimas vantagens para sessões de Reiki e de Tarot, workshops e formação.

Temos também uma parceria com os Viveiros das Naus, um espaço no Jardim Botânico da Ajuda com diversos serviços desde plantas de exterior e interior, material de rega, objetos de decoração interior e mobiliário de jardim.

Realizámos ainda um protocolo muito vantajoso com o ACP - Automóvel Club de Portugal, no qual o sócio ACP-STAS tem agora acesso a todas as vantagens do sócio ACP, tais como descontos em combustível com um valor de associação ACP 40% mais barato.

O Cartão ACP-STAS é um cartão de descontos em produtos e serviços com as opções "Sócio ACP - STAS Sem Assistência" ou "Sócio ACP - STAS Com Assistência".

Para mais informações sobre todas as vantagens concedidas aos associados STAS consulte o nosso site em [www.stas.pt](http://www.stas.pt) ou contacte-nos através do telefone 21 880 21 60. ■

## STAS participou no Congresso da UGT-Setúbal

O STAS esteve representado no II Congresso da UGT- Setúbal por Mário Baltazar Sacramento Santos e José Manuel Almeida Miranda, elementos da Direção Distrital local. O Congresso, subordinado ao tema "O emprego e o desenvolvimento social para o distrito", realizou-se dia 12 de outubro e teve a seguinte Ordem de Trabalhos: ratificação do Regimento do Congresso; apresentação e votação do Relatório de Atividades do Secretariado relativo ao quadriénio 2009/2013; apresentação e votação do Programa de Ação para o quadriénio 2013/2017; revisão dos Estatutos da UGT- Setúbal; fixação das quotizações sindicais; eleição dos Órgãos estatutários para o quadriénio 2013/2017: Mesa do Congresso e do Conselho Geral; Secretariado; Conselho Fiscalizador de Contas.

Na sessão de encerramento esteve presente, em representação do STAS, o primeiro vice-presidente da Direção, José Luís Pais.

Recorde-se que a UGT-Setúbal é uma união sindical que integra a estrutura da UGT-União Geral de Trabalhadores e abrange todo o distrito setubalense. ■



# CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de Julho

## TEMA - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



"Aprendizes do skate"  
José Pinto



"Faina no nevoeiro"  
Nuno Silva



"Longevidade ternurenta"  
João Amaro



"O som da tradição"  
Francisco Oliveira



"Salva vidas!"  
Guilherme Pinto



"Trilhos radicais"  
João Amaro

## TEMA - LIVRE



"A sombra das nuvens"  
Pedro Biu



"Adega ao abandono"  
João Amaro



"Descansando alguns minutos"  
Ricardo Figueira



"Equilibrista"  
José Barreiro



"Lugares ao sol"  
Maria Salvador



"Mundo azul"  
Francisco Oliveira





Face aos resultados encorajadores

## Nova campanha de sindicalização em 2014

A campanha de sindicalização deste ano foi positiva, saldando-se por mais de 220 admissões. Um resultado encorajador nesta época crítica, a justificar uma nova aposta em 2014

TEXTOS: **INÊS F. NETO**

**T**erminada no final de agosto a campanha de sindicalização lançada este ano, é tempo de um primeiro balanço. "Foi globalmente positivo, dadas as adversidades por que o setor e os trabalhadores estão a passar, com rescisões de contrato, a situação nos bancos e a pressão laboral", adianta Rui Mouzinho, responsável pelo Pelouro da Sindicalização. "O balanço não é excelente mas é bom", frisa.

Em termos globais, é possível desde já avançar que mais de 220 bancários sindicalizaram-se no SBSI. Falta agora o tratamento dos dados, de forma a apu-



rar qual o banco e a região da área geográfica do SBSI com maior número de novas adesões, o que estará concluído em breve.

Entre as razões invocadas para a adesão ou regresso ao Sindicato, os bancários evocaram sobretudo a qualidade do SAMS e a possibilidade de inscrever a família no Serviço de Assistência Médico-Social, bem como o reconhecimento de que o SBSI é a organização sindical que melhor defende a classe, sobretudo neste momento difícil.

Outros motivos que também pesaram na decisão foram a proximidade

aos secretariados nos locais de trabalho, os benefícios garantidos, o Fundo Sindical de Assistência (FSA) e diversas iniciativas como o apoio para despesas escolares.

### Trazer mais bancários

Face a estes resultados e à percepção de que mais bancários não sindicalizados podem juntar-se ao SBSI, está pensada para o início do próximo ano uma nova campanha de sindicalização.

A iniciativa poderá ter contornos diferentes da anterior, estando em aberto várias hipóteses. "Vamos reunir os secretariados sindicais para trocar ideias sobre a forma como decorreu esta campanha e perceber o que poderia ter corrido melhor. Só depois será tomada uma decisão", explica Rui Mouzinho.

Certo desde já é que a nova campanha vai ser mais sólida, indo ao encontro das necessidades dos bancários e dando ênfase à mais-valia de ser sócio do maior sindicato do País. Uma área em destaque será o SAMS, nomeadamente a implementação do cheque-parto para sócios com FSA. ■



TEXTOS: **INÊS F. NETO**

O Tribunal Administrativo recusou a providência cautelar intentada pelo SBSI contra a aplicação da "lei das 40 horas". O Sindicato recorre agora ao Provedor de Justiça

### Lei das 40 horas no IFAP e DRAP

## SBSI recorre ao Provedor de Justiça

**O** SBSI intentou, dia 25 de setembro, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, uma providência cautelar antecipatória, requerendo a suspensão das normas da Lei n.º 68/2013, de 29.08, que fixam o período normal de trabalho em 8 horas por dia e 40 horas por semana – a chamada "lei das 40 horas", relativamente aos seus associados a exercer funções no IFAP e nas DRAP, oriundos do ex-IFADAP.

Com esta providência cautelar, o Sindicato pretendia a manutenção do período normal de trabalho atual até que a questão seja decidida na ação principal a intentar sobre esta matéria.

No entanto, o Tribunal Administrativo recusou a providência cautelar, com

o fundamento de que se trata de normas legais que carecem de atos específicos de aplicação, configurando um ato político legislativo excluído da jurisdição administrativa.

Embora esta não seja uma posição uniforme deste tribunal – que admitiu outras providências cautelares que visavam o mesmo objetivo –, e dado que entretanto a lei já está a ser aplicada, considera o SBSI que a sua apreciação, dadas as questões de inconstitucionalidade que suscita, deve ser efetuada no foro do Tribunal Constitucional.

Assim, vai ser pedido ao Provedor de Justiça que desencadeie os mecanismos de fiscalização sucessiva da constitucionalidade, junto do Tribunal Constitucional. ■





## Pesca de Alto Mar

# Campeonato arranca em grande estilo

A 28.ª edição do Campeonato Interbancário de Pesca de Alto Mar teve início no dia 21 de setembro com a realização das duas primeiras eliminatórias

TEXTOS: PEDRO GABRIEL

O começo de mais um campeonato interbancário de pesca de alto mar não podia ter corrido de melhor maneira. Num autêntico dia de verão, houve muito peixe capturado e grande espírito de desportivismo. Como habitualmente, a organização do campeonato está a cargo da Secção Sindical Regional de Setúbal, com o apoio do Pelouro dos Tempos Livres do SBSI.

A primeira eliminatória contou com 9 participantes que, a bordo da embarcação "Roaz do Sado", do mestre Jorge Sena, tentaram o apuramento para a semifinal. Recorde-se que transitam para a próxima fase os quatro primeiros classificados de cada eliminatória, bem como os dois melhores quintos classificados, perfazendo um total de 22 concorrentes.



Assim sendo, Bruno Santos Ferreira (Banco Popular) foi quem mais pescou na primeira ronda, seguido de Camilo Augusto Baía (GDST), que ficou em segundo. João Pedro Silva (BES) terminou a prova no terceiro posto, enquanto José Domingos Moreira (GDST) garantiu a última vaga.

Na segunda eliminatória participaram oito concorrentes, a bordo da embarcação "Behur", do mestre Miguel Sena. Fernando Martinho Pereira (Unicre) foi o melhor classificado e vencedor da elimi-

natória. Na segunda posição ficou Miguel Ângelo Aiveca (GDST), com José Carlos Pacheco (C. BCP) e Pedro Carvalho Silva (Banco Popular) a conseguirem igualmente o apuramento.

A terceira e quarta eliminatórias realizaram-se no dia 12 de outubro ao passo que a quinta e última eliminatória teve lugar no dia 26 do mesmo mês. Daremos conta dos resultados e dos respetivos apuramentos em futuras publicações. ■



# 125€ por pessoa em quarto duplo

6 dias / 5 noites, inclui pequeno almoço e 9 refeições

de outubro a 20 de dezembro  
entrada ao domingo e saída à sexta-feira

Poupe e desfrute com preços **Low Cost**

Inclui: 5 noites em quarto duplo;

5 pequenos almoços; 5 jantares; 4 almoços

Animação às terças-feiras com discoteca  
quintas-feiras com jantar dançante

Preços para crianças com alimentação incluída: **Grátis** até aos 6 anos,  
dos 7 aos 9 anos **78 euros** e a partir dos 10 anos **100,50 euros** (em quarto dos adultos)

Para sócios e familiares do SBSI e Sindicatos filiados na UGT e na FEBASE



Centro de Férias e Formação: Casal do Zote - Bêco - 2240-208 Ferreira do Zêzere - Tel.: 249 360 200 - Fax: 249 360 290 - centroferias.formacao@sbsi.pt





## Comissão Permanente aprova importante documento sobre o BCP

SBN mandou a Febase para iniciar negociações com o BCP, mas antes de um eventual acordo todos os trabalhadores do banco devem pronunciar-se sobre alterações no ACT

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

A Comissão Permanente do Conselho Geral do SBN, reunida dia 10 de outubro, viabilizou, apenas com seis votos contra, uma proposta da Direção mandando a Febase para iniciar negociações com o BCP, num processo proposto pela administração para um eventual acordo de alteração temporária do ACT daquela instituição de crédito.

A posição da administração do BCP insere-se no âmbito do plano de recapitalização da instituição de crédito acordado com a Direção Geral da Concorrência Europeia (DG COMP), conforme noticiado nesta edição.



A Comissão Permanente do Conselho Geral aprovou as propostas da Direção

Segundo essa proposta, e apesar da delegação na Febase, qualquer acordo que venha a ser alcançado "terá de ser aprovado pela Direção do SBN e pelos órgãos estatutários do Sindicato com poderes para tal" e, antes da assinatura de um eventual acordo entre as partes no âmbito do contido no documento "Manifestação de Vontade Negocial do BCP - Revisão do Acordo Coletivo de Trabalho", todos os trabalhadores daquela instituição devem ser ouvidos e pronunciar-se, em referendo ou por qualquer outro meio legal, sobre as alterações que venham a ser verificadas no ACT.

### Aumento de capital na TrofaSenior

A Comissão Permanente viabilizou também, apenas com dois votos contra e três abstenções, uma proposta da Direção aprovando a participação do SBN no aumento do capital social da TSR - TrofaSenior Residências, S. A., que irá ser reforçado em dois milhões de euros.

Na reunião da Comissão Permanente, a Direção prestou ainda informações sobre a Parvalorem e sobre a situação das negociações da revisão do ACT com a APB.

Na próxima edição da revista Nortada relataremos mais desenvolvimentos o conteúdo da reunião. ■

### Ciclo Treze Meses - Treze Temas

## "Viagens" é tema de exposição fotográfica



O Núcleo de Fotografia do Sindicato dos Bancários do Norte continua a realizar o ciclo de exposições subordinado ao tema genérico "Treze Meses - Treze Temas".

No próximo dia 6 de novembro será inaugurada a mostra sobre o tema "Viagens", da autoria de Jorge Viana Basto, na Galeria SBN - Rua Conde de Vizela, 145 -, onde poderá ser visitada às quartas e quintas-feiras, das 15h00 às 17h30, até ao dia 4 de dezembro.

### Porto À Nossa Moda

A exposição "Porto À Nossa Moda" constitui outra das iniciativas do Núcleo de Fotografia do SBN.

A mostra mais recente esteve patente ao público na Galeria 302 do Grupo Desportivo Santander Totta e contou com obras fotográficas de Aires A. Pereira, António A. Costa, António E. Morais, Eduardo Nogueira, Fernando Mário Castro, Jorge Viana Basto, José Cerqueira, José Godinho, Júlio Pereira, Manuel Santos Vale e Rui Manuel Costa. ■





TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

Em várias modalidades

# Conhecidos os campeões do Norte

Com o aproximar do fim dos campeonatos de várias modalidades, começam a ser conhecidos os vencedores, a quem cabe defender o SBN nas finais nacionais. É o caso do snooker, king e xadrez



## Snooker

### Tacada vitoriosa de José Caio

A fase regional do 8.º torneio regional de snooker, que decorreu na sede do SBN e nas delegações de Aveiro e S. J. Madeira, consagrou como campeão regional José Caio, do BES.

A final nacional decorreu em Tomar nos dias 5 e 6 de outubro, tendo nela participado, para além de José Caio, Luís Lobo, também do BES; José Amorim, do BCP; e José Lino, do BST. ■

## King

### Pinto Ribeiro vence Regional

Pinto Ribeiro, do BES, sagrou-se campeão regional de king, ao vencer a final realizada no passado dia 21 de setembro.

Além do campeão, classificaram-se para representar o SBN na final nacional, que decorreu nos dias 26 e 27 em Miranda do



Douro, os associados Valdemar Gaspar, do BES; José Araújo, do BCP; Claudemiro Martins, do BPI; e António Oliveira, do BCP. ■



## Pesca de alto mar

### Já começou 13.º encontro

O 13.º encontro regional de pesca de alto mar teve a primeira prova no passado dia 23 de outubro e prosseguirá nos próximos dias 17 e 20 de novembro e 22 de dezembro, ao largo de Matosinhos.

Estas provas estão sujeitas a um regulamento atempadamente distribuído a todos os concorrentes. ■

## Xadrez

### Brandão de Pinho é titular



Com a realização, nos dias 28 e 29 de setembro, da última fase do 29.º torneio regional, foi finalmente encontrado o novo campeão da modalidade.

Brandão Pinho, do BdP, foi acompanhado no pódio por Massena Machado, do BST, e Arnaldo Ferreira, do BCPM, que se classificaram no segundo e terceiro lugares, respetivamente.

Para além destes, apuraram-se para representar o SBN na final nacional, realizada nos dias 26 e 27 de outubro, em Miranda do Douro, os xadrezistas Fernando Leitão, do BCP; Álvaro Brandão, do BPI; e José Lino, do BST. ■







## Empréstimo para ação escolar

TEXTOS: SEQUEIRA MENDES

O SBC disponibiliza aos sócios uma linha de crédito para apoio escolar, que abrange compra de livros, de material escolar e pagamento de propinas

material escolar e pagamento de propinas.

Esta proposta, que vai ser submetida ao parecer do Conselho Fiscalizador de Contas e remetida ao Conselho Geral para ratificação, divide-se em dois escalões: o primeiro para os alunos que frequentam o ensino do 1.º ao 12.º anos com limite de crédito de 300 euros, e o segundo para os alunos que frequentam o ensino superior, com limite de crédito de mil euros.

O empréstimo, que não vence juros, deve ser liquidado em prestações iguais e sucessivas, até ao máximo de seis meses para o primeiro escalão e 12 meses para o segundo escalão, com um valor mínimo de amortização de 50 euros por mês.

O empréstimo deve ser requerido em impresso apropriado, contra a apresentação de documento comprovativo da frequência emitido pelo estabelecimento de ensino e nele deve constar a autorização de liquidação por débito em conta.

Haverá limite de inscrições em função da disponibilidade financeira do Sindicato, não podendo ser cumulativo com outros empréstimos em vigor. ■

### Tiro

## Teixeira Campos venceu na Mealhada



Os atiradores perfilam-se para a competição

A XVIII prova regional de tiro aos pratos do SBC, com vista ao apuramento dos representantes do Sindicato à final nacional, decorreu no Campo de Tiro da Mealhada, dia 7 de setembro.

Os representantes apurados foram Teixeira Campos, Vítor Rasteiro e Carlos Coelho.

O almoço de convívio e a entrega de prémios decorreram num restaurante local. ■

António Pimentel/Sequeira Mendes

### King

## António Guiné foi primeiro

Jogador venceu a 7.ª prova de apuramento para a final nacional de King e será um dos três representantes do SBC em Miranda do Douro

TEXTOS: SEQUEIRA MENDES

A prova de apuramento de king realizou-se a 28 de setembro nas instalações do Sindicato na Lourenço Almeida Azevedo, com a presença de dez participantes.

À hora marcada, os jogadores inscritos assinalaram a sua presença para o sorteio, tendo ficado acordado que cada um apenas faria dois jogos, recaiando o apuramento nos três jogadores que nesse conjunto de jogos obtivessem maior pontuação.

Feitas as respetivas contas, a classificação ficou assim ordenada: 1.º António Guiné; 2.º Ernesto Oliveira; 3.º Sequeira



À procura da melhor jogada

Mendes; 4.º Alberto Malheiro; 5.º Manuel Seabra; 6.º Joaquim Soares; 7.º António Sebastião; 8.º António Oliveira; 9.º Eduardo Ascenso; 10.º Eduarda Soares.

Os três primeiros classificados irão representar o SBC na final nacional, agendada para os dias 26 e 27 de outubro em Miranda do Douro.

No almoço de confraternização que se seguiu à prova foi distribuída uma lembrança em faiança a todos os participantes. ■



Foi a bordo do "Mola Mola" que os pescadores rumaram ao pesqueiro onde decorreu a prova

## Pesca de alto mar José Sacramento bisa na Nazaré

TEXTO: PEDRO VEIGA/SEQUEIRA MENDES

O pescador voltou a ganhar a final regional do SBC, mas o maior exemplar foi capturado por Rui Prata

Tal como conta a lenda da Nazaré que nos idos de 1182, no dia 14 de setembro, D. Fuas Roupinho caçava um javali junto ao litoral, envolto por um denso nevoeiro, também nesse dia e mês, mas em 2013, a bela vila piscatória da Nazaré recebeu a prova de apuramento de pesca de alto mar do Sindicato dos Bancários do Centro, numa madrugada também ela envergonhada e cinzenta, mas com os pescadores carregados de fé, zarpando no já habitual "Mola Mola", rumo ao pesqueiro que o Mestre da embarcação escolheu para deleite e diversão dos nossos associados pescadores.

Lá chegados, a prova decorreu de forma bastante animada, com o peixe a sair intermitentemente, de início, mas após algumas poitadas dando forte sinal do seu apetite, proporcionando boas e abundantes capturas.

O sol andou tímido, logo dando lugar a um forte nevoeiro e a um mar encrespado, fruto do vento forte que se levantou. As safias foram as rainhas da festa, tendo também aparecido alguns besugos, fanecas e garoupas.

Findas as 4 horas de competição, que decorreu, como é hábito, num espírito de forte camaradagem, animação e desportivismo, rumou-se ao Porto de Abrigo, onde se procedeu à pesagem e respetiva classificação.

Num típico restaurante da Nazaré as forças foram retemperadas do esforço despendido, tendo aí sido distribuídos prémios a todos os participantes, resultando que os apurados que irão à final nacional serão José Sacramento, o vencedor, seguindo-se Pedro Veiga, Rui Nunes e Ângelo Palrilha.

O maior exemplar coube a Rui Prata, com uma safia de 560 gramas. ■

## Convívio em Monte Real

## Vitória absoluta de Paulo Figueiredo

No primeiro convívio de pesca de rio da Regional de Leiria, Paulo Figueiredo arrecadou o 1.º lugar e o maior exemplar



O vencedor exhibe o troféu

TEXTOS: SEQUEIRA MENDES

O Secretariado Regional de Leiria, em parceria com o Departamento de Tempos Livres, realizou o seu primeiro convívio de pesca de rio em Monte Real, no dia 7 de setembro, em condições excelentes para a prática da modalidade, apenas com algum vento a aparecer no final do dia.

Até o peixe ajudou à festa, tendo sido capturadas tainhas, pimpões, carpas, barbos e algumas enguias, tratando-se, afinal, de um bom treino para os apurados para a final nacional, que teve lugar dias depois nesta mesma pista.

De realçar o espírito de sã camaradagem e desportivismo que envolveu os 20 participantes, lenitivo à organização que

se congratula com o sucesso do convívio e a encoraja para outros voos e que culminou com um agradável almoço de confraternização, onde foi entregue a todos os participantes uma peça típica das Caldas da Rainha e troféus aos pescadores que mais se destacaram nos seus setores.

Da pesagem do pescado resultaram as seguintes classificações: 1.º Setor - Paulo Figueiredo, 2.280 gr.; Armando Veiga, 1.200 gr.; Rui Nunes, 0.840 gr. 2.º Setor - José Alves, 2.220 gr.; Costa Pinto, 1.420 gr.; António Cascão, 1.100 gr. 3.º Setor - José Ferreira, 2.180 gr.; Joaquim Mendonça, 2.080 gr.; João Agostinho, 1.720.00 gr. O maior exemplar pertenceu a Paulo Figueiredo, com uma tainha de 660 gr. ■

## Pesca de rio

## Apurados participantes na final regional



TEXTO: ANTÓNIO PIMENTEL/SEQUEIRA MENDES

Com 33 pescadores inscritos, foram três as provas efetuadas para apuramento dos 10 representantes do SBC à final nacional, que teve lugar no dia 21 de setembro na pista de Monte Real.

A primeira prova realizou-se no dia 1 de junho na pista do Choupalinho, no rio Mondego, em Coimbra; a segunda foi no dia 15 de junho, na pista de Montemor-o-Velho, no rio Mondego, e a terceira prova decorreu em Monte Real, na pista do rio Lis em 22 de junho.

Sempre divididos em 3 zonas, os pescadores dedicaram-se à faina com muito empenho, mas o peixe nem sempre compareceu.

Manuel João Inácio, Rui Prata e José Manuel Alves foram os três primeiros classificados, surgindo o BES em primeiro lugar, seguindo-se o BPI, o BCP/Viseu e o BCP/Leiria por equipas. ■







# CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de agosto

## TEMA - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



"Lisboa a duas cores"  
Hugo Silva



"Moliceira da Torreira"  
Aires Pereira



"Sem abrigo"  
Carlos Areosa



"Forte S. Julião da Barra"  
Nuno Silva



"Vícios"  
Cristina Mestre



"Percursos da Bica"  
João Amaro

## TEMA - LIVRE



"Bate e entramos"  
Jorge Araújo



"Espelho"  
José Canelas



"Escadaria"  
Pacheco Pontes



"A luz"  
Francisco Oliveira



"Brisas Matinais"  
João Amaro



"Esperança"  
Maria Salvador